

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
CAMPUS DE CAJAZEIRAS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE GEOAMBIENTAL DO SEMI-
ÁRIDO
LEANDRO GONÇALVES MORAES**

**DISTRITO SÃO JOSÉ ÀS MARGENS DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DAS AÇÕES POLÍTICAS
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - PB**

TCC
352(813.3)
M827d

CZBC_TCC
00112/2010

CAJAZEIRAS - PB

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CAMPUS DE CAJAZEIRAS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE
GEOAMBIENTAL DO SEMI-ÁRIDO

DISTRITO SÃO JOSÉ ÀS MARGENS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
DAS AÇÕES POLÍTICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - PB

Monografia de Especialização apresentada como requisito para a obtenção do título de Especialista em Análise Geoambiental do Semi-árido, da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientadora: Prof^a Ms. Luciana Medeiros de Araújo.

Cajazeiras - PB

2009

LEANDRO GONÇALVES MORAES

**DISTRITO SÃO JOSÉ ÀS MARGENS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DAS
AÇÕES POLÍTICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - PB**

Monografia de Especialização
apresentada como requisito para a
obtenção do título de Especialista em
Análise Geoambiental do Semi-árido, da
Universidade Federal de Campina
Grande.

Orientadora: Prof^a. Ms. Luciana
Medeiros de Araújo.

Aprovado em **19 / 12 / 2009**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Luciana Medeiros de Araújo
Mestre em Geografia Urbana – Orientadora (UFCG)

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Doutor em Geografia Política – Examinador (UFCG)

Prof^a. Ms. Josineide da Silva Bezerra
Mestre em Geografia Urbana – Examinadora (UFPB)



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

M827d MORAES, Leandro Gonçalves
Distrito São José às margens do desenvolvimento
social e das ações políticas do município de Bom Jesus –
PB./ Leandro Gonçalves Moraes. Cajazeiras, 2009.
103f.

Orientadora: Luciana Medeiros de Araújo.
Monografia (Especialização) – CFP/UFCEG

1. Administração Municipal – Bom Jesus – Paraíba.
2. Ações políticas – Bom Jesus - Paraíba.
3. Desenvolvimento Social. I. Título

UFCEG/BS

CDU - 352 (813.3)

Pelos melhores ensinamentos da minha vida, sempre acreditando na minha formação, dedico esse trabalho aos meus pais Marcilon e Gilda e aos meus avós Deca e Socorro.

AGRADECIMENTOS

Uma conquista sempre se torna mais valorosa quando nosso esforço é reconhecido por familiares e amigos. Dessa forma quero agradecer a todos aqueles que reconheceram nosso esforço. Meu obrigado inicial a pessoa responsável pela concretização desse trabalho, a professora Luciana Araújo. Se Deus não tivesse me agraciado com a competente orientação e dedicação de Luciana esse trabalho jamais sairia do projeto.

As minhas mães Gilda Moraes e Maria do Socorro Moraes “vó Socorro”, pelo zelo e amor, com os quais resguardam seus filhos. Minha avó, com certeza, a pessoa que mais se angustiou com meu breve isolamento da família na etapa final desse trabalho. Quantos telefonemas, sempre preocupada com meu afastamento de sua proteção matriarcal. A senhora dedico humildemente, com o amor de um filho, este trabalho.

A meus pais Marcilon Gonçalves e José Carlos de Moraes “vô Deca”. Para mim, são exemplos de dedicação à família, honra e integridade. Os dois tornaram-me o homem que sou. Ao senhor “vô Deca”, homem do campo, pedreiro de mão pesada e encalisada, exemplo de apego aos valores familiares, ofereço minha eterna admiração e gratidão por tudo o que fez e faz por mim.

A meu irmão Everton Moraes por sempre chegar junto nas horas difíceis, “corre ali, acode aqui”! Pelos conselhos de irmão mais velho e incentivo, me alertando para investir na minha formação acadêmica. A sua esposa a professora Ana Paula Moraes e minha sobrinha Ana Clara Moraes, que com certeza seguirá os caminhos acadêmicos percorridos por seus pais e tio.

Aos meus colegas de curso: Livia, Leidjânia, Joana, Elaine e Paulo Victor, pois juntos, estudávamos, discutíamos e formávamos a mais divertida turma da minha vida acadêmica. Uma breve, mas inesquecível convivência que tivemos ao longo desse curso, o qual formou não apenas especialistas, mas um seleto grupo de amigos. Valeu a pena pessoal!

Aos meus amigos que compreenderam minha ausência nos diversos momentos que deixei de estar presente, para me dedicar a esse trabalho. A você, amigo-irmão, de todas as horas, Wagner Almeida, com o qual sempre lutamos com fé, para alcançarmos nossos objetivos, sem medir esforços para conquistá-los. Valeu meu irmão!

Não menos importantes quero agradecer aos moradores do distrito São José. Vocês me deram lições de vida e humildade que jamais esquecerei. Obrigado a todos aqueles que acreditam na seriedade deste trabalho. Agradeço em especial àqueles que me emprestaram

suas preciosas experiências e histórias de vida para reconstruir um pouco da história desse distrito.

*“Uma esmola, para um homem que é
são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o
cidadão”. Vozes da Seca (Luiz
Gonzaga e Zé Dantas).*

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre o poder público municipal da cidade de Bom Jesus-PB e o distrito São José, inserido neste município e que constitui nosso recorte territorial para análise e pesquisa empírica. Realizamos essa análise mediante o levantamento das ações e políticas públicas voltadas (ou não) para o desenvolvimento social da população, e que foram instituídas pelo Governo Municipal para o distrito São José e para a cidade no período de 2000 a 2008. No tocante as ações e políticas públicas analisadas, procuramos identificar seus impactos nas transformações sócio-econômicas e espaciais no município, notadamente no distrito São José. Este distrito possui, segundo nossas pesquisas, um processo de formação que ocorreu concomitantemente ao da cidade de Bom Jesus no final do século XIX, apresenta um espaço caracterizado por problemas de infra-estrutura e carências sociais, as quais serão aqui apresentadas e discutidas. Pertinentes às ações políticas da administração municipal, nesses últimos oito anos, o grande destaque ficou para as dezenas de obras de ačudagem registradas no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Demonstramos que essa política de ačudagem instituída pelo Governo Municipal, negligentemente canalizou milhões de reais em recursos para obras que não mostraram resultados positivos para a população do município. Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamentos documentais em fontes secundárias obtidos em instituições oficiais como a Prefeitura Municipal, o Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estes últimos dois por meio digital. Foram realizadas leituras específicas referentes à temática proposta, bem como foram aplicados, juntos aos moradores deste distrito, questionários abertos e fechados, entrevistas semi-estruturas, conversas informais, fotografias digitais que ao longo do desenvolvido da pesquisa foram sendo obtidas e arquivadas. E, por fim, utilizamos imagens de satélites do Google Earth, obtidas na internet.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento social, ações políticas, poder local e política de ačudagem.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relations between the municipal authorities of the City of Bom Jesus and the São José District, inserted in this city and that is our cut territorial analysis and empirical research. We performed this analysis by the report of the actions and public policies (or not) for social development of the population, which were imposed by the Municipal Government for the São José district and the City of Bom Jesus from 2000 to 2008. As the actions and public policy analysis, we identify its impacts on socio-economic transformations and space in the city, especially in the São José District. This district has, according to our research, a training process that is concomitant to the City of Bom Jesus the late nineteenth century, has an area marked by problems of infrastructure and social needs, which will be presented and discussed. Relevant to the political actions of the municipal administration for the past eight years, the big highlight was the dozens of works by damming registered in the Accounting Court of the State of Paraíba (ACS-PB). Demonstrate that this policy of damming up by the municipal government, slightly channeled millions of reais in funds for works that showed positive results for the population of the municipality. The methodological procedures were included in the documentary on secondary sources obtained from official institutions such as City Hall, the Accounting Court of Paraíba (AC-PB), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the United Nations Development Programme (UNDP), the latter two through digital. Readings were taken concerning the subject specific proposal, and were applied together the residents of this district, open and closed questionnaires, semi-structured interviews, informal conversations, digital photographs that developed along the research have been obtained and recorded. And finally, we used satellite images from Google Earth, obtained from the Internet.

Key-Words: Social development; Politic actions; Local Power; Policy of damming up.

LISTA DE FOTOS

1.1. Praça e Igreja do Sagrado Coração de Jesus, por volta 1967	25
1.2. Foto aérea de Bom Jesus no início da década de 60	26
1.3. Centro de Bom Jesus, atual Rua Pedro Carlos de Moraes, final década de 60	27
1.4. Uma das antigas casas do São José as margens da BR-230, abandonada	31
1.5. Casa onde residia José Vieira Moreira no São José	32
1.6. Casa de José Roque de Sousa no São José	34
1.7. Rio São José em uma de suas cheias	39
1.8. Funcionários da empresa Cerâmica Laranjeiras trabalhando	48
2.1. Açude construído pela Prefeitura Municipal no sítio Forno Velho	64
2.2. Açude construído pela Prefeitura Municipal no sítio Timbaúba	67
2.3. Açude Lagoa do Arroz	68
2.4. Canal do açude Lagoa do Arroz em Bom Jesus	69
3.1. Moradores do distrito São José	76
3.1. Interior de uma das casas de taipa do distrito São José	78
3.2. A Precariedade de uma das residências do distrito São José	84
3.3. Casas de taipa do São José	86

LISTA DE GRÁFICOS

1.1. Evolução populacional do município de Bom Jesus	42
1.2. Pirâmide etária do município de Bom Jesus	43
1.3. Produto Interno Bruto do município de Bom Jesus	45
1.4. Distribuição da população do distrito São José	47
2.1. Opinião dos moradores do São José se sua área tornou-se um distrito	56
2.2. Evolução do FPM do município de Bom Jesus nos últimos oito anos	65
2.3. Promessas feitas pelos políticos à população do São José	71
2.3. Avaliação dos moradores do distrito São José sobre o desempenho dos últimos administradores do município na comunidade	74
3.1. Rendimentos das famílias entrevistadas no distrito São José	80
3.2. Nível de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios pesquisados no São José.	83
3.3. Principais problemas do São José de acordo com a população	87

LISTA DE QUADROS E TABELAS

1.1. Distribuição da população do município por idade e sexo	43
1.2. Evolução e comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Bom Jesus	44
1.3. Incidência da Pobreza em Bom Jesus 2003	46
1.4. Tipos de estabelecimentos comerciais e serviços do distrito	49
1.5. Número de matrículas na educação básica no distrito São José 2008	50
1.6. Destino do escoamento sanitário das 82 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no distrito São José	53
1.7. Destino do lixo das 82 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no distrito São José	53
2.1. Açudes construídos pelo DNOCS no Nordeste	62

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

1.1. Mapa do município de Bom Jesus com a localização do distrito São José	36
1.1. Geologia do Município	38
1.2. Mapa do município de Bom Jesus – PB	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CAGEPA	Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto da Paraíba
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF	Programa de Saúde da Família
SAELPA	Sociedade de Eletrificação da Paraíba S.A.
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCE-PB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
TRE-PB	Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO -1: Caracterização da área de estudos	22
1.1. Origens históricas de Bom Jesus	22
1.2. Oralidade e memórias: origens históricas do distrito São José	27
1.3. Localização e situação do município de Bom Jesus e do distrito São José	35
1.4. Perfil sócio-econômico da população no município de Bom Jesus	41
1.5. Levantamento da infra-estrutura do distrito e da cidade	50
CAPÍTULO – 2: O que foi feito: ações do governo municipal de Bom Jesus	55
2.1. De povoado para distrito de São José. Trâmites legais	55
2.2. Ressurgiu a política de açudagem no município de Bom Jesus	59
2.3 - A aparente letargia do governo municipal de Bom Jesus	69
CAPÍTULO 3 – O distrito São José por dentro. Fácies, trabalho e vida da população	74
3.1 Considerações sobre a população. Simplicidades e virtudes.	75
3.2. Origens e condições de vida dos moradores do São José	77
3.3. Um olhar sobre os problemas sócio-econômicos do distrito São José: fatores internos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	
Anexo A- Lei Municipal Nº 371/2007. Lei que denomina de Distrito de São José o povoado São José.	

Anexo B- Nota de Empenho Nº 317/66. Setor Urbano e Obras Públicas, 31 de dezembro de 1966, que se refere ao São José

Anexo C- Recibo da Nota de Empenho Nº 317/66

Anexo D- Recortes do Jornal Correio da Paraíba de 1987 e 1988. Que trazem informações sobre as obras de eletrificação do distrito São José.

Anexo E- Diferentes pontos do distrito São José mascarados sobre a imagem do Google Earth

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário aplicado junto aos moradores do distrito São José

Apêndice B – Questionário aplicado a alguns moradores mais idosos do distrito São José para a reconstrução de parte da história da comunidade.

INTRODUÇÃO

Como filho desta terra sempre teve interesse particular na realização de uma análise das ações políticas desenvolvidas pelos governantes do município de Bom Jesus - Paraíba para os seus munícipes. Para tanto, centralizamos nossos estudos em uma área específica do município, o distrito São José, e analisamos as principais ações políticas destinadas ao município, em especial ao distrito, dentre os anos de 2000 a 2008 correspondentes a duas administrações públicas municipais¹. Período em que foi sancionada a Lei Municipal nº 371/2007, que elevou o povoado São José à categoria de distrito, e que será abordada no segundo capítulo deste trabalho. Mesmo empiricamente, é visível que esse distrito é uma área de inquestionáveis problemas sociais e de infra-estrutura, daí, pois, a necessidade de aprofundarmos uma análise sobre o mesmo.

A população do distrito São José há tempo vem enfrentando sérios problemas sociais, especialmente no que se refere ao atendimento de suas demandas básicas, as quais não têm sido atendidas de forma satisfatória pelas administrações municipais. Portanto, cabem então os seguintes questionamentos: que tipos de relações são estabelecidas entre o poder local e os seus cidadãos? Quais ações políticas para a saúde, educação, infra-estrutura e geração de emprego e renda foram desenvolvidas para o município e em especial para o distrito São José nos últimos oito anos?

É de conhecimento de todos que a oferta e o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos são direitos historicamente conquistados pela sociedade, garantindo-lhes o atendimento das mesmas pelo Estado. Assim, de acordo com o artigo 25, inciso I da Declaração dos Direitos Humanos, inserida na Constituição do Estado da Paraíba de 1989, “todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”. Portanto, se a população do distrito São José esta sendo privada destas importantes conquistas sociais, asseguradas por direito, e isso de alguma forma, está comprometendo o desenvolvimento social de sua população, é uma problemática que merece nossa atenção e que deve ser investigada.

¹ Neste período o município de Bom Jesus foi administrado pelo prefeito Evandro Gonçalves de Brito.

Desenvolvimento social é um conceito extremamente pertinente neste trabalho, e aqui será empregado como “um processo de mudança para melhor, um processo incessante de buscar mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas” (SOUZA, 2003, p. 100). Os problemas sociais historicamente sempre tiveram um lugar de destaque nas discussões, debates e estudos científicos em diversos países, especialmente nas nações subdesenvolvidas.

Estes estudos, quer estejam voltados para o poder público, com a finalidade de subsidiar políticas públicas, quer estejam voltados aos interesses sociais, para melhor conhecer a realidade sócio-econômica, buscam, de alguma forma, contribuir para nortear ações e programas a serem implementados. Assim, neste trabalho temos o propósito de analisar e pensar o atual modelo de desenvolvimento social discutido e praticado no distrito de São José.

No Brasil, nas últimas décadas, o Governo Federal vem dando prioridade as questões sociais que atingem os brasileiros, colocando em prática políticas públicas de assistência social por meio de diversos programas como: Programa Bolsa Família e Programa Fome Zero, entre outros. Podemos entender políticas públicas como os "programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados" (BUCCI apud CRISTÓVAM, 2005, p. 6). As ações do Estado visam melhorar os negativos indicadores sociais do nosso país, tais como: taxas de analfabetismos e de mortalidade infantil, expectativa de vida, renda per capita, etc.

Estes indicadores, quando divulgados internacionalmente, muito nos envergonham, especialmente quando são periodicamente publicados por instituições como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)². Os nossos indicadores revelam grandes contradições sócio-econômicas existentes neste país, sobretudo por estarmos inseridos entre as vinte maiores economias do mundo.

É comum observarmos nas mais diferentes regiões do Brasil, grandes níveis de pobreza e de miséria, cuja maior parte da população é privada do acesso às necessidades básicas, conforme veremos no distrito de São José, o qual representa apenas um dentre inúmeros casos no Brasil. Além das injustiças sociais, ressaltamos o descaso do poder local, quando o mesmo não implementa de forma satisfatória, políticas de incremento sócio-econômico que garantam uma efetiva melhoria da qualidade de vida da população local.

² O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) é responsável pela elaboração e divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no mundo.

Dentro deste contexto, problemas sociais tais como: deficiências de saneamento básico³, evidenciando a falta de abastecimento de água potável; ruas não pavimentadas; ausência de áreas de lazer e de esportes; entre outros, que estão presentes no distrito de São José, serão discutidos neste trabalho, buscando-se tentar entender o porquê de sua persistência. Acreditamos que são problemas de interesse público, os quais, portanto, devem ser estudados, pois os mesmos comprometem a qualidade de vida e o desenvolvimento social de qualquer população.

A inexistência de estudos científicos ou empíricos que tratem dos problemas sociais que atingem o município de Bom Jesus e em especial o distrito São José, torna mais difícil sua compreensão pela sociedade local. Os trabalhos científicos sobre os mais diversos problemas dos grandes centros urbanos do país acumulam-se pelas bibliotecas das universidades. No entanto, Soares nos chama a atenção para o fato que “a pesquisa sobre os pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática” (SOARES apud CARLOS, 2003, p.83).

De modo geral, a população do distrito São José não está acomodada a esses problemas como veremos no decorrer deste trabalho, o não conformismo da comunidade é evidenciado na pesquisa. As exceções existem, alguns poucos moradores conformam-se com as mais diferentes situações de privações, pobreza e carências em que encontramos o distrito. Talvez, possamos atribuir esse conformismo, há falta de organizações sociais ou mesmo lideranças comunitárias, os quais lutem por seus direitos.

A alienação do cidadão no tocante aos problemas sociais é uma das mais depreciativas características que uma sociedade pode ter, pois leva os indivíduos a tornarem-se sujeitos alheios aos seus próprios problemas, fácil de serem, ideologicamente, manipulado por forças políticas dominantes. No entanto, essa inércia e alienação tendem a ser superadas ao longo do tempo por meio da formação escolar das novas gerações de jovens do distrito e da cidade de Bom Jesus.

Neste estudo procuramos analisar as relações administrativas, por meio das ações políticas desenvolvidas pelo poder público do município de Bom Jesus, para o distrito São José, administrativamente subordinado à cidade. Com a finalidade de analisarmos os seus impactos para o conjunto das transformações sócio-espaciais desse distrito, identificar e caracterizar os problemas sociais que afetam particularmente o São José. Apesar da escassez

³ Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre seu bem-estar físico, mental ou social (DACACH, 1990, p. 3).

de dados, traçamos um breve perfil sócio-econômico da população da cidade e do distrito. Assim, dividimos o nosso trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos as características da nossa área de estudos, não se limitando apenas ao distrito São José, mas ao município de Bom Jesus como um todo. Iniciamos com um breve resgate histórico do município e do distrito São José. Resgatamos uma pequena parte da história do São José a partir das memórias dos seus mais antigos moradores. Uma contribuição concreta para a história da comunidade, pois não existem registros anteriores, sendo, portanto, inédita.

Para resgatar parte da história do São José foi necessário utilizarmos a pesquisa direta aos moradores do distrito, privilegiando a oralidade, coletando depoimentos por meio de conversas informais e aplicação de questionários junto aos moradores mais antigos do São José. Ainda neste capítulo, buscamos, na medida do possível, traçar o perfil sócio-econômico da população do município de Bom Jesus e do distrito São José, além de realizarmos um sucinto levantamento da infra-estrutura da cidade e do distrito.

No segundo capítulo nos dedicamos a analisar as principais ações políticas, desenvolvidas pelo governo municipal de Bom Jesus, no período de 2000-2008, tanto para a cidade, como, sobretudo para o distrito São José. Entre essas ações destacamos a política de açudagem desenvolvida nesse período; a Lei municipal nº 371/2007, a qual elevou o povoado São José à categoria de distrito de Bom Jesus; além de obras de infra-estrutura para o distrito. Dessa forma, buscamos analisar as principais ações do governo municipal, concretizadas ou inacabadas, as quais poderiam expressar efetivas transformações sócio-espaciais no referido distrito.

No terceiro e último capítulo, focalizamos nossa análise nos resultados obtidos nas visitas a campo, nas quais aplicamos questionários a 30 moradores do distrito São José. Os questionários constituíram a principal fonte dados primários e de informações relacionadas à população do São José. Neste capítulo, abordamos os principais aspectos sociais negativos, os quais influenciam diretamente às condições de vida dos seus moradores, revelados em nossas pesquisas de campo. Enumeramos e analisamos as mais notáveis carências de infra-estrutura do distrito São José, segundo os depoimentos coletados em entrevistas e na aplicação dos questionários.

Este estudo poderá ser utilizado pela administração municipal, se assim for de interesse, como um referencial para formulação de futuras ações, programas e políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social do município. Bem como pelos moradores do

município e do distrito, para os quais servirá como um instrumento não somente de pesquisa, mas de orientação acerca de seus principais problemas e enfrentamentos futuros.

Quando aos procedimentos metodológicos, nossa pesquisa foi fundamentada em referenciais específicos, obtidos por meio de levantamentos bibliográficos, os quais serviram de subsídios conceitual, teórico e metodológico para compreendermos melhor as nossas categorias de análise, tais como: espaço geográfico, cidade e poder local. Como também pôde instrumentalizar melhor nossa pesquisa de campo.

Além das leituras específicas, foram levantados dados em órgãos públicos municipais: Prefeitura Municipal de Bom Jesus, a Câmara de Vereadores do Município e as Secretárias Municipais de Educação e de Saúde; estaduais como o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB); federais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Tesouro Nacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) também nos subsidiou alguns dados.

Com exceção de alguns dados municipais de Bom Jesus e do distrito de São José, obtidos de forma direta ou por consultas a fontes secundárias locais, utilizamos para a coleta de dados estaduais, nacionais os sites oficiais, a exemplo do IBGE, do TCE-PB, do Tesouro Nacional, etc. Portanto, a internet constitui um importante instrumento de pesquisa documental e de dados arroladas neste trabalho.

A partir do momento que entendemos o distrito de São José, inserido no município de Bom Jesus, como sendo parte de um todo, cuja (re)produção de seu espaço geográfico compreende um conjunto de sistemas indissociáveis de ações e objetos (SANTOS, 2001), os quais são formulados em diferentes escalas, optamos por uma análise baseada na dialética, concebendo estes espaços como uma totalidade.

Nas visitas *in loco*, aos moradores do distrito São José, aplicamos questionários (abertos e fechados) e entrevistas (estruturadas e semi-estruturadas). Conversamos informalmente com muitos de seus moradores: jovens, idosos, homens, mulheres, trabalhos rurais, trabalhadores urbanos, etc. Todos deram valiosos depoimentos para entendermos melhor a suas condições de vida e de trabalho. Todo o material coletado em campo foi trabalhado em gabinete, transcrevemos e interpretando os depoimentos prestados.

Para os dados obtidos pelos questionários, utilizamos análises quantitativas e qualitativas, os quais possibilitaram a tabulação, leitura e interpretação dos problemas e perspectivas arroladas pelos moradores do distrito São José no município de Bom Jesus-PB. Para melhor visualização dos dados levantados, confeccionamos gráficos e quadros. Ainda

como parte dos procedimentos, assinalamos o levantamento e elaboração de mapas do município, bem como o uso de imagens de satélites do *Google Earth*, obtidos pelo software do Google, além da utilização de fotografias digitais, as quais estão inseridas no longo corpo deste trabalho. As fotografias tiradas ao longo de nossa pesquisa nos auxiliaram na compreensão do cotidiano dos moradores do distrito, bem como mostram parte do descaso com os recursos públicos, no tocante as ações políticas referentes à política de aqudagem da administração pública municipal de Bom Jesus.

CAPÍTULO 1 – Caracterização da área de estudos

Neste primeiro capítulo faremos uma caracterização geral do município de Bom Jesus-PB, considerando os aspectos históricos, sócio-econômicos e físicos da área. Para traçarmos o perfil sócio-econômico da população da cidade de Bom Jesus e do distrito São José, utilizamos dados secundários do IBGE e das secretarias municipais de Bom Jesus. Notadamente o IBGE constitui nossa principal fonte de informações relativas à população e a história da cidade, além de fornecer a indispensável base cartográfica, sendo preciso realizar algumas adaptações cartográficas para este trabalho.

Realizamos um breve levantamento da infra-estrutura da cidade e do São José, além de um importante resgate da história do distrito São José a partir dos relatos e depoimentos dos moradores, homens e mulheres idosos, que residem a décadas nesta comunidade. Transcrevemos alguns relatos desses nossos entrevistados e analisamos os mesmos. Estaremos não apenas neste capítulo, mas em todo o trabalho, destacando as falas dos nossos entrevistados com fonte itálica.

1.1. Origens históricas de Bom Jesus

Antes de tudo, precisamos ressaltar a importância de conhecermos as origens históricas do município de Bom Jesus, já que o distrito São José é apenas uma parte de seu território. A partir disso poderemos analisar e compreender melhor, nos próximos capítulos, como se formou seu espaço. Devemos aqui realizar uma tarefa extremamente árdua, a qual filósofos como Platão, Aristóteles e geógrafos contemporâneos se dedicaram por muito tempo, a definição de espaço. Para Santos (1996, p.122), “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.

A pesquisa histórica é uma etapa indispensável em uma pesquisa de cunho social, tornando-se um instrumento que promove diferentes percepções para se compreender a sociedade contemporânea e suas atuais características sócio-econômicas. O município de Bom Jesus ainda possui importantes aspectos históricos que precisam ser resgatados e escritos antes que se percam ao longo do tempo. O que trazemos neste recorte histórico é uma

modesta contribuição para essa pesquisa, a qual necessita ser aprofundada em outros trabalhos.

Segundo os dados do IBGE⁴ o município de Bom Jesus tem suas origens na fazenda Aroeira, fundada por volta de 1890, de propriedade do senhor Antônio Caetano Leite. Como área encravada na mesorregião do Sertão Paraibano, não poderia deixar de ser influenciada, apesar de não ter uma ocupação demasiadamente antiga e não ter perpassado todas essas fases, pela sequência “bandeira-curral-fazenda-arraial” (JOFFILY apud MELO, 1997, p. 78). Sequência esta que, historicamente, originou diversos municípios dessa região e influenciou a formação sócio-espacial e econômica de todo o Sertão nordestino. As fazendas e sítios como ressalta Melo (op. cit. p. 79), foram alguns dos elementos formadores dos arraiais que se converteram com o tempo em povoados, vilas e cidades.

A fazenda Aroeira foi erguida no território do município de Cajazeiras – PB, afastada cerca de 20 km desta cidade. Este município que tem como apenas uma de suas origens, afirma-nos Melo (op. cit. p. 98-99), o fato de ter sido uma das áreas onde acampavam os camboieiros ou tangeirinos, nomes que eram dados aos homens que transportavam, em tropas de burros, produtos a serem comercializados (farinha, rapadura, carne seca, etc.) pelos sertões do Nordeste e por todo o território paraibano. Frequentemente estes homens acampavam a sombra das árvores e várias dessas originaram arraiais, vilas e cidades como Cajazeiras.

Certamente, essa também pode ter sido uma das origens da fazenda Aroeira, já que, por ter se formado em território cajazeirense, na fronteira com o vizinho estado do Ceará, poderia ter sido um dos trajetos ou portões de entrada (ou saída) para esse estado, ou para Cajazeiras. Ainda hoje existem no município de Bom Jesus antigas estradas, não pavimentadas, por onde esses trajetos podem ser realizados.

No início do século XX, entre os anos de 1912 e 1918, um padre da Diocese de Cajazeiras, fundada em 1914, Francisco Lopes de Sousa (IBGE⁵), interessou-se em construir a primeira capela na fazenda Aroeira, já povoada naquela época. Para isso, segundo o IBGE⁶, o padre escolheu o “sítio Forquilha, porém o senhor Francisco Eufrásio não concordou, isto é, não cedeu o terreno exigido pelo padre Lopes”.

Mesmo assim, a meta do padre Lopes foi alcançada graças às doações de terras feitas por proprietários de áreas, pertencentes aos dois estados, Paraíba e Ceará. Esse fato histórico se reflete na atual configuração espacial do município, o qual se apresenta dividido pelos

⁴ Disponível em <<http://www.igbe.gov.br>> acessado em Junho de 2009.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

limites entre esses estados. As obras de construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, iniciaram-se em 1918, e foram concluídas apenas 1922, a partir de então, a mesma já passou por diversas reformas internas e externas.

Seguindo os costumes da tradicional sociedade sertaneja, a religião exerceu forte influência na formação cultural do povoado de Aroeira. Dificilmente poderia ter sido diferente afinal, “a religião se tornou um dos pilares da sociedade sertaneja, reunida em torno da capela de seus padroeiros, ainda hoje festejados [...] Isto aconteceu por que, por toda parte, o terço do missionário seguiu o trabuco do conquistador” (MELO, op. cit. p. 79).

O povoado Aroeira crescia e se desenvolveu em torno das atividades religiosas, especialmente das festas em louvor ao padroeiro da comunidade, o Sagrado Coração de Jesus (ainda hoje realizadas no mês de Junho). As atividades agropecuárias também tiveram uma enorme importância, pois impulsionaram o desenvolvimento econômico do povoado, destacando-se a agricultura do algodão.

A produção algodoeira ocupou uma “[...] posição de destaque na economia agrícola estadual até fins dos anos 70. Nesse período já se observava um descenso da importância econômica do algodão, em particular, do tipo arbóreo” (MOREIRA, 1997. p. 156). Anteriormente a essa fase de crise, uma pequena usina de beneficiamento do produto, de propriedade do empresário Sebastião Bandeira de Melo, foi implantada no povoado Aroeira, e com mesma surgiu uma movimentada feira livre no período de 1920 a 1933 (IBGE⁷).

A riqueza gerada pelo algodão no município de Cajazeiras, ao qual o povoado Aroeira pertencia, e em sua região, impulsionou o desenvolvimento sócio-econômico de suas populações nos períodos anteriores à crise do produto. A produção algodoeira na região de Cajazeiras estimulou a implantação de ferrovias e usinas de beneficiamento de algodão em diversos municípios e povoados no início e em meados do século XX. A capitalização algodoeira, como nos afirma Melo (op. cit. p. 168),

trouxe com os anos vinte, algumas outras iniciativas. Em cidades como Cajazeiras, fábricas de óleo de caroço de algodão foram instaladas por capitalistas locais. Os trutes algodoeiros SANBRA e Anderson Clayton apareceram em cena.

Na foto 1.1 podemos observar a Igreja do Sagrado Coração de Jesus com sua praça, a qual ainda estava em construção por volta de 1967, momento em que o povoado se expandia.

⁷ Disponível em <<http://www.igbe.gov.br>> acessado em Junho de 2009.

Atualmente essa praça, localizada no centro da cidade, é denominada de Praça Prefeito Antônio Rolim.



Foto 1.1: Praça e Igreja do Sagrado Coração de Jesus, por volta 1967.
Fonte: Arquivo pessoal de Julio B. de Melo

No Ano de 1959, o povoado Aroeira é elevado à categoria de distrito, pela Lei municipal nº 185 de 08-07-1959, passando a se chamar Bom Jesus em homenagem ao se santo padroeiro e subordinado ao município de Cajazeiras. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Bom Jesus, figura como sendo território do município de Cajazeiras (IBGE⁸). Passado apenas quatro anos, após Bom Jesus ser elevado a distrito, o deputado Acácio Braga Rolim cria o Projeto Lei nº 3.096 de 1963, no qual propôs elevar o distrito de Bom Jesus a categoria político-administrativa de município.

Nesse período, Bom Jesus possuía poucas casas, conforme podemos contemplar através da imagem aérea, na foto 1.2, datada do início da década de 60. Observamos também a Igreja do Sagrado Coração de Jesus no centro da imagem, notemos, ainda, as áreas não ocupadas e algumas plantações em torno da cidade. No Sertão Paraibano na década de 1960⁹ inúmeros municípios, como Bom Jesus, foram criados. O referido projeto do deputado foi vetado pelo governador da Paraíba Pedro Moreno Godim¹⁰ (1961-1966), por justificativas não esclarecidas.

⁸ Disponível em <<http://www.igbe.gov.br>> acessado em Junho de 2009.

⁹ Segundo Rodriguez (2002, p. 104) nos três primeiros anos da década de 60 foram criados cerca de 33 municípios na mesorregião do Sertão Paraibano.

¹⁰ Arquivos pessoais de Julio Bandeira de Melo.

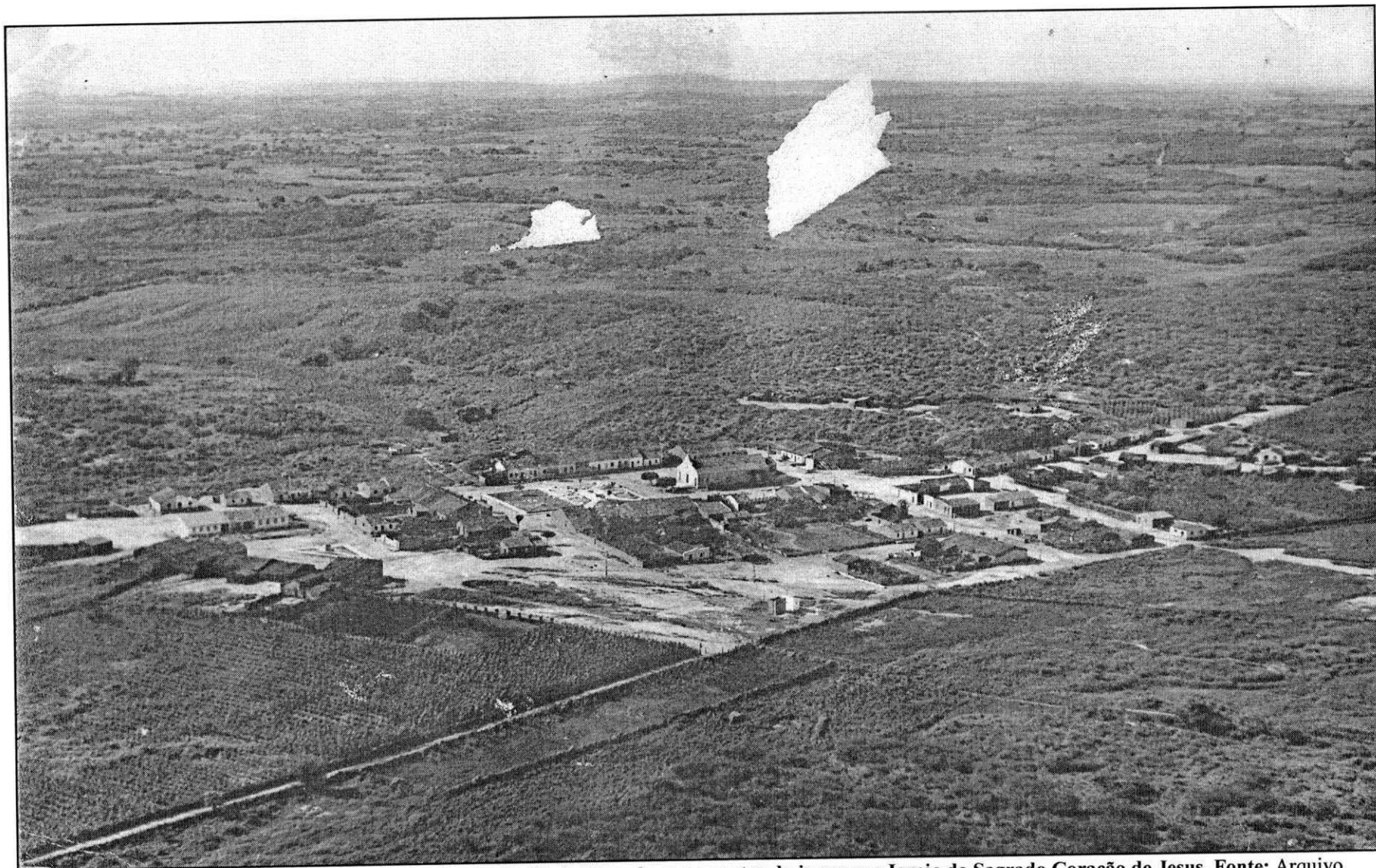


Foto 1.2: Foto aérea de Bom Jesus no início da década de 60, destacando-se no centro da imagem a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Arquivo pessoal de Julio B. de Melo

O ex-vereador de Cajazeiras (1955-1959), futuro prefeito de Bom Jesus (1964-1968), Julio Maria Bandeira de Melo unindo-se as forças políticas dos deputados Wilson Braga e José Lacerda Rolim Neto, na Câmara dos Deputados Estaduais da Paraíba, com muito empenho, conseguem derrubar o veto do governador e obtêm a aprovação da Lei Estadual nº 3.096 em 05 de novembro de 1963, a qual elevou o distrito de Bom Jesus à categoria de município, desmembrando-o de Cajazeiras. Ressaltamos, pois, que, a partir desse processo, nossa área de estudos o distrito São José passou a ser subordinado ao município de Bom Jesus. Na foto 1.3 podemos observar o aspecto que possuía o centro da cidade, na atual Rua Pedro Carlos de Moraes, no final da década de 60.



Foto 1.3: Centro de Bom Jesus, atual Rua Pedro Carlos de Moraes, final década de 60. Fonte: Arquivo pessoal de Julio B. de Melo

A população de Bom Jesus reconheceu o empenho de Julio Bandeira de Melo à frente do processo de emancipação política de Bom Jesus, o elegendo, em 1964, o primeiro prefeito eleito pela população deste município. Atualmente esse histórico trabalho, atribuído, sobretudo a Julio Bandeira de Melo, vem sendo gradativamente esquecido pelos administradores municipais e pela população em geral.

1.2. Oralidade e memórias: origens históricas do distrito São José

No decorrer desta pesquisa percebemos a presença de algumas lacunas, tais como: quando e como começou a história do distrito São José? Quem foram seus fundadores? Esses,

e outros, questionamentos levantados sobre as origens do distrito precisavam ser resgatadas e reunidas neste trabalho, com coerência e fidelidade possíveis aos fatos relatos pelos moradores. Dessa importante e necessária tarefa não poderíamos nos eximir neste estudo.

Resgatar as origens do distrito São José tornou-se uma árdua, mas gratificante, etapa desta pesquisa. Não existia até o momento nenhum trabalho, mesmo empírico, que respondesse às questões anteriormente levantadas. Com base nos questionários sócio-econômicos que aplicamos em trinta domicílios no São José¹¹, arrolamos os nomes dos moradores mais antigos do distrito, não os mais velhos, mas aqueles que residem na comunidade há mais tempo, depois retornamos para realizarmos as entrevistas estruturadas (ver em anexo) sobre as origens do distrito.

As memórias, os relatos e os depoimentos destes moradores foram rememorados, comparados, analisados, gravados por meio das entrevistas e constituíram valiosas fontes de pesquisa e informação. Portanto, “vale destacar que o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais” (MONTENEGRO, 2001, p. 16). Por meio deste procedimento metodológico conseguimos resgatar, pela primeira vez, parte da história do distrito São José. História está que ora reunimos neste trabalho.

As origens do distrito São José estão relacionadas à fazenda (sítio) São José, de propriedade do senhor José Antônio Vieira Moreira. Este senhor, provavelmente, o fundador do São José, chegou a essas terras, as quais pertenciam ao município de Cajazeiras, por volta do final do século XIX¹². A partir de então, ergueu sua fazenda na área que atualmente a população local denomina de São José de Baixo¹³.

A procedência de Antônio Vieira e o ano exato de sua chegada ao local onde hoje se encontra o São José, não foram possíveis de datações, pois, necessitaríamos aprofundarmos mais esta pesquisa, por meio de estudos e consultas a documentos históricos oficiais. Intento que infelizmente, por questões de tempo, tornou-se inviável neste trabalho.

O senhor Antônio Vieira e sua esposa Maria de Albuquerque Moreira, vinda da família Albuquerque da cidade de Cajazeiras, tiveram cinco filhos: dois homens e três mulheres. Um de seus filhos, não o primogênito, de nome José Vieira Moreira, nascido em

¹¹ Foram questionários aplicados em outubro de 2009, a trinta domicílios do povoado São José.

¹² Informação verbal por meio do depoimento prestado pela senhora Maria do Socorro Cartaxo Pessoa, neta de José Antônio Vieira Moreira, filha de José Vieira Moreira. Entrevista prestada em outubro de 2009.

¹³ Observar o Anexo E.

1901, na fazenda São José de propriedade de seu pai, é também nomeado pelos entrevistados como um dos fundadores do distrito São José.

Segundo Maria do Socorro Cartaxo, cujas lembranças remontam mais de meio século, quando, ainda criança, catava oiticicas na fazenda de seu avô no São José, quando questionada se seu pai nascera no São José, nos relatou que, “*o meu pai foi radicado lá, já por questão dos meus avôs que já moravam por lá. Então meus avôs geraram uma família de cinco filhos [...] três mulheres e dois homens*” (Informação verbal).

Ao lado do seu pai, o qual conduzia os filhos para a agricultura, José Vieira empregava trabalhadores nas terras da família na fazenda São José. Esta forma de produção rural é confirmada por Socorro Cartaxo:

meu pai era fazendeiro, emprega as pessoas. Tinha alguns moradores que ajudavam no trabalho da agricultura e da pecuária. Foi lá [no São José] onde ele conseguiu com muito trabalho e coragem, recursos pra dá o sustento da família e a educação dos filhos (Informação verbal).

Os principais gêneros agrícolas das lavouras, nessa fase inicial de povoamento do São José, eram: o algodão, o feijão, o milho, o arroz e a bananas, entre outros. A produção algodoeira, que também constituía o principal produto cultivado nas terras do povoado Aroeira¹⁴, era vendida principalmente para a cidade de Cajazeiras. As pessoas empregadas na agricultura e os moradores das terras da família Vieira Moreira, no São José, trabalhavam comumente como meeiros ou terceiros. A senhora Nercita Caetano, assim, nos descreve esta última prática de produção,

meus pais trabalhavam no terreno do finado Vieira Moreira, vivia da agricultura, onde dava para plantar brocava, queimava, plantava roça. [...] Era de terça, de três uma [...], era assim, por exemplo, tirava quatro sacos de milho, três era pra pessoa e um pra o dono da terra (Informação verbal)

¹⁵

O senhor José Vieira da Silva (seu Cazusa) em sua entrevista nos confirmou tais práticas,

¹⁴ Como anteriormente citado, o povoado Aroeira foi uma das fases nas origens de Bom Jesus.

¹⁵ Maria Nercita Caetano nasceu em 1948, no povoado São José, reside na comunidade há 61 anos. Entrevista prestada em outubro de 2009.

*meu pai trabalhou 40 anos para o finado Vieira. Trabalhava de meia, o feijão, o milho e o algodão, tudo de meia. A metade do que produzia era do finado Vieira. De primeiro tudo era de meia mesmo, daquele tempo prá lá tudo era de meia, era morador. Não criavam nada, o principal era feijão, milho e algodão. O algodão era quem pagava a conta do fazendeiro (informação verbal)*¹⁶.

Conforme a fazenda São José e as terras pertencentes à família Vieira Moreira foram sendo ocupadas por seus moradores e trabalhadores rurais, outros proprietários passaram a adquirir terras nas áreas ainda pouco ocupadas. A senhora Nercita Caetano ao ser questionada sobre esse período inicial de povoamento do São José, afirmou que

lá vizinho, onde eu morava, tinha José Roque de Sousa, já falecido[...] tinha vários, finada Eliza [...] Eram umas oito casas aqui, pra lá [o São José de cima], pra qui [o São José de baixo] tinha a fazenda que era do finado Vieira Moreira, algumas duas ou três de moradores (Informação verbal).

Dona Nercita, ainda em seus relatos, quando questionada acerca de como eram as primeiras casas do São José, entrou em importantes detalhes, “[...] *tinha casa de taupa*¹⁷ *também, e tinha de tijolo. As casas de tijolo era só dos proprietários, às vezes tinha casa de tijolo para os trabalhador, às vezes era de taupa mesmo*” (Informação verbal). Na foto 1.4 podemos observar um das casas antigas do distrito São José, abandonada e totalmente em ruínas.

Esse mesmo número de casas, cerca de quatro a oito, com as mesmas características são apontados pelos demais entrevistados. A senhora Nercita Caetano quando questionada a respeito das características do distrito em sua infância, relata-nos que “*aqui era só mato, tinha roça de palma, roça de algodão, plantavam algodão [...]*” (Informação verbal). Quando perguntamos se o distrito já teve outro nome ela nos afirmou, com veemência, que “*aqui toda vida foi São José. Nunca mudou!*” (Informação verbal).

¹⁶ O senhor José Vieira da Silva é praticamente natural do povoado São José, apenas nasceu no município de Cajazeiras em 1948, reside no povoado há 61 anos. Entrevista prestada em outubro de 2009.

¹⁷ Taupa: taipa.



Foto 1.4: Uma das antigas casas abandonadas do São José, localizada às margens da BR-230. Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

Essa mesma resposta foi dada por todos os entrevistados, sem exceção. Mas nem um soube explicar o porquê desse nome, talvez tenha sido apenas uma homenagem de algum devoto de São José. Atualmente, o dia de São José, 19 de março, é comemorado no distrito com festas em seu louvor e apresentações dos mais diversos segmentos culturais.

O senhor José Vieira Moreira casou com Leopoldina Cartaxo Rolim, nascida em 1914, filha de José Guedes Rolim, a mesma natural do sitio Prensa, localizado nas proximidades do São José. Sua filha Socorro Cartaxo nos relata que,

meu pai casou-se na convivência com meus avôs. Meu pai iniciou na agricultura orientado por ele [seu avô, Antônio Vieira Moreira], e a pecuária de gado. [...] Meu pai teve oito filhos na companhia de minha mãe [...] (Informação verbal).

Dos oito filhos de José Vieira, três eram mulheres e cinco homens, alguns nascidos no distrito São José. Sua filha mais velha, Maria Vieira Moreira, nasceu em 1935 a casa onde a família de José Vieira morava permanece até hoje no distrito São José, praticamente com a mesma arquitetura original. Conforme observamos na foto 1.5 abaixo. Quem nos informa o ano em que essa casa pode ter sido erguida é a senhora Francisca Aquino, quando questionada sobre quantas e como eram as primeiras casas do distrito.



Foto 1.5: Casa onde residia José Vieira Moreira e família no São José. Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

De acordo com esta senhora,

*as antigas casas eram quatro casas no São José [...] Essa aqui [casa de José Vieira] foi feita em trinta e dois [1932], ai então, as outras três não sei a data né, por que eu era pequena e não prestava atenção. Era José Moreira, Vieira Moreira, ai eu conhece esse pessoal tudim (informação verbal)*¹⁸.

Infelizmente a casa onde morava o senhor Antônio Vieira, o provável fundador do distrito São José, foi derrubada por motivos não esclarecidos. Ela situava-se onde atualmente podemos encontrar uma antiga escola municipal abandonada e em ruínas, as margens da BR-230. O senhor José Vieira Moreira faleceu em 1976, aos 75 anos de idade e sua esposa Leopoldina Cartaxo em 1983, aos 68 anos¹⁹.

As propriedades de terras no distrito São José pertencentes à família Vieira Moreira, como nos descreve Socorro Cartaxo, foram distribuídas entre seus irmãos como herança após o falecimento de seu pai. De acordo com os relatos da mesma,

acho que meu pai tinha umas 600 tarefas de terras²⁰, meu pai herdou do meu avô. Tinha uma parte também nas Laranjeiras, sitio Laranjeiras, ele também comprou uma parte. Hoje já ninguém tem parte ali, os herdeiros

¹⁸ A senhora Francisca Maria de Aquino nasceu em 1940 no sitio Laranjeiras que fica nas proximidades do povoado São José. Assim ela reside nesta área há 69 anos. Entrevista prestada em outubro de 2009.

¹⁹ Informações prestadas por Maria do Socorro Cartaxo.

²⁰ Unidade de área, equivalente no Ceará a 3.630 m², em Alagoas e Sergipe a 3.052 m² e na Bahia a 4.356 m².

uns venderam [...] mas ele conservou o patrimônio dele até morrer. Naquela época era grande, hoje não, cada filho herdou mais de 80 tarefas de terras (Informação verbal).

Outro importante proprietário de terras do distrito São José, contemporâneo de José Vieira, foi o senhor José Roque de Sousa, sua propriedade localizava-se na área que atualmente denominam de São José de Cima²¹. O mesmo é natural de Baixa Grande, zona rural do município de Cachoeira dos Índios – PB, segundo os relatos de seu filho, Francisco Vieira de Sousa (Chico Roque), as propriedades de terras de seu pai, no São José, foram compradas do seu próprio sogro, pois o mesmo havia viajado para São Paulo e lhe pediu que comprasse suas terras para não vendê-las a outros. O senhor Chico Roque assim nos relatou,

as terras foram compradas no dinheiro, ele comprou do sogro dele, finado Valentino[...] ele veio em 1952 [José Roque de Sousa]. [...] Ele comprou foi em mais ou menos cinquenta [1950], em cinquenta e um começou a trabalhar aqui pra levantar esse prédio (informação verbal)²².

Ainda segundo o senhor Chico Roque, as terras pertencentes ao seu pai compreendiam cerca de 76 tarefas, que eram destinadas a agricultura. Questionamos a este senhor se seu pai empregava trabalhadores rurais nas suas propriedades no São José. Ele nos ressaltou que,

a terra dele era para trabalhar na agricultura, somente, só plantar e colher. Papai nunca botou gente para trabalhar em terra dele, nem no terreno de Boa Fé [zona rural de Cachoeira dos Índios – PB], nem nesse aqui. Eu digo por que sei, que sou filho dele! Ele nunca botou, aqui quem plantava mais ele era eu, ele botava roça, plantava, mas ele não botava rendeiro pra trabalhar de jeito nenhum! (Informação verbal).

Com isso, podemos concluir que mesmo retendo uma relevante propriedade de terras no distrito São José, o senhor José Roque não destinava a mesma para empregar mão de obra agrícola, assim como era praticado pela família Vieira Moreira. Abaixo, na foto 1.6, destacamos a casa de José Roque, onde hoje reside seu filho. Se compararmos sua arquitetura

²¹ Observar o anexo E.

²² O senhor Francisco Vieira de Sousa nasceu em 1938, reside no povoado São José há 57 anos. Entrevista prestada em outubro de 2009.

com a casa de José Viera, na foto 1.5, veremos que esta é mais trabalhada nos detalhes da arquitetura do que a primeira, mais antiga e mais simples.



Foto 1.6: Casa de José Roque de Sousa no São José. Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

Uma das importantes obras públicas destinadas ao distrito São José, que merece entrar neste recorte histórico, foi à eletrificação da comunidade. Esta obra iniciada pela administração municipal de José Gonçalves Moreira (1976-1982) foi de grande importância sócio-econômico para a população residente na localidade. Segundo os arquivos pessoais de Julio Bandeira de Melo²³, esta obra foi iniciada no primeiro mandato do governador Tarcísio Burity (1979-1983), o sistema de fornecimento de energia, para parte do povoado São José, era prestado pelo sistema CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) de Paulo Afonso, através da aquisição de ações da antiga SAELPA (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba) pela prefeitura municipal de Bom Jesus.

Os referidos arquivos ainda apontam para o fato que no mês de novembro de 1987, a Câmara Municipal de Bom Jesus havia solicitado do presidente da SAELPA informações sobre a não plena implantação da rede elétrica do povoado São José, naquele município. Até o mês de janeiro de 1988, o referido pedido da Câmara Municipal não havia sido atendido pelo presidente da SAELPA.

Ademais, a conclusão das obras de eletrificação não havia sido realizada. O que encontramos no decorrer desta etapa da pesquisa, em termos de documentação histórica, no

²³ Observar o Anexo D, recortes do jornal Correio da Paraíba, datados de 18 de fevereiro de 1987 e de 07 de janeiro de 1988. O ex-prefeito Julio Maria Bandeira de Melo possuía um riquíssimo arquivo fotográfico (o maior do município) e numerosos documentos históricos sobre o município de Bom Jesus.

setor público municipal, referindo-se ao distrito São José, foram notas de prestação de contas públicas nos arquivos da Prefeitura Municipal²⁴, em péssimo estado de conservação, de Nº 317/66 datadas de 31 de dezembro de 1966, e o recibo da mesma, datada de 11 de abril de 1966.

Segundo esses documentos, foi destinado o valor de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros) para o pagamento das obras de serviços de construção da linha telefônica de Bom Jesus a cidade de Cajazeiras. Este pagamento foi efetuado pela Prefeitura Municipal, bem como o de outros serviços, a exemplo da reconstrução de estradas municipais tais como: Bom Jesus a BR-230; Bom Jesus - Mastruz e Mastruz - São José. É preciso esclarecermos que, Mastruz pertence à zona rural do município, e que ainda existe uma estrada não pavimentada, talvez seja até hoje a mesma, onde esta ligação entre essas duas áreas é feita. Esta documentação é referente à primeira administração pública do município, do prefeito Júlio Bandeira de Melo (1964-1968).

1.3. Localização e situação do município de Bom Jesus e do distrito São José

O município de Bom Jesus se localiza no extremo oeste do estado da Paraíba e seu pequeno território limita-se a sudoeste com o município de Cachoeira dos Índios; a sudeste e leste com Cajazeiras; a norte com Santa Helena e a oeste com Ipaumirim no estado do Ceará, conforme destacamos na figura 1.2. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁵, o município em tela ocupa uma área de 47,42 km² e a sede do município encontra-se a 380 m de altitude, situando-se nas seguintes coordenadas geográficas 06° 49' 01" de latitude Sul e 38° 39' 00" de longitude Oeste (MASCARENHAS, 2005, p. 2). A cidade de Bom Jesus, sede municipal dista cerca de 505 km da capital João Pessoa.

O referido município está inserido na mesorregião do Sertão Paraibano, compondo a microrregião de Cajazeiras, a qual é constituída por quinze municípios²⁶. Este município possui um distrito denominado São José, o qual constitui nosso objeto de estudos. Encontra-se a cerca de aproximadamente 10 km de distância da sede do município, localizado às margens de duas rodovias, a BR-230 e a PB-420. Ainda, segundo o referido autor, o distrito situa-se nas coordenadas 06° 52' 03" de latitude sul e 38° 38' 44" de longitude oeste limitando-se ao

²⁴ Observar os Anexos B e C.

²⁵ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em junho de 2009.

²⁶ Cajazeiras, Bonito de Santa Fé, Monte Horebe, São José de Piranhas, Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, São João do Rio do Peixe, Santa Helena, Triunfo, Poço José de Moura, Uiraúna, Bernadino Batista, Santarém e Poço Dantas.

sul com Cachoeira dos Índios e a leste com Cajazeiras. A figura 1.1 traz o mapa do município de Bom Jesus com a localização do distrito São José.

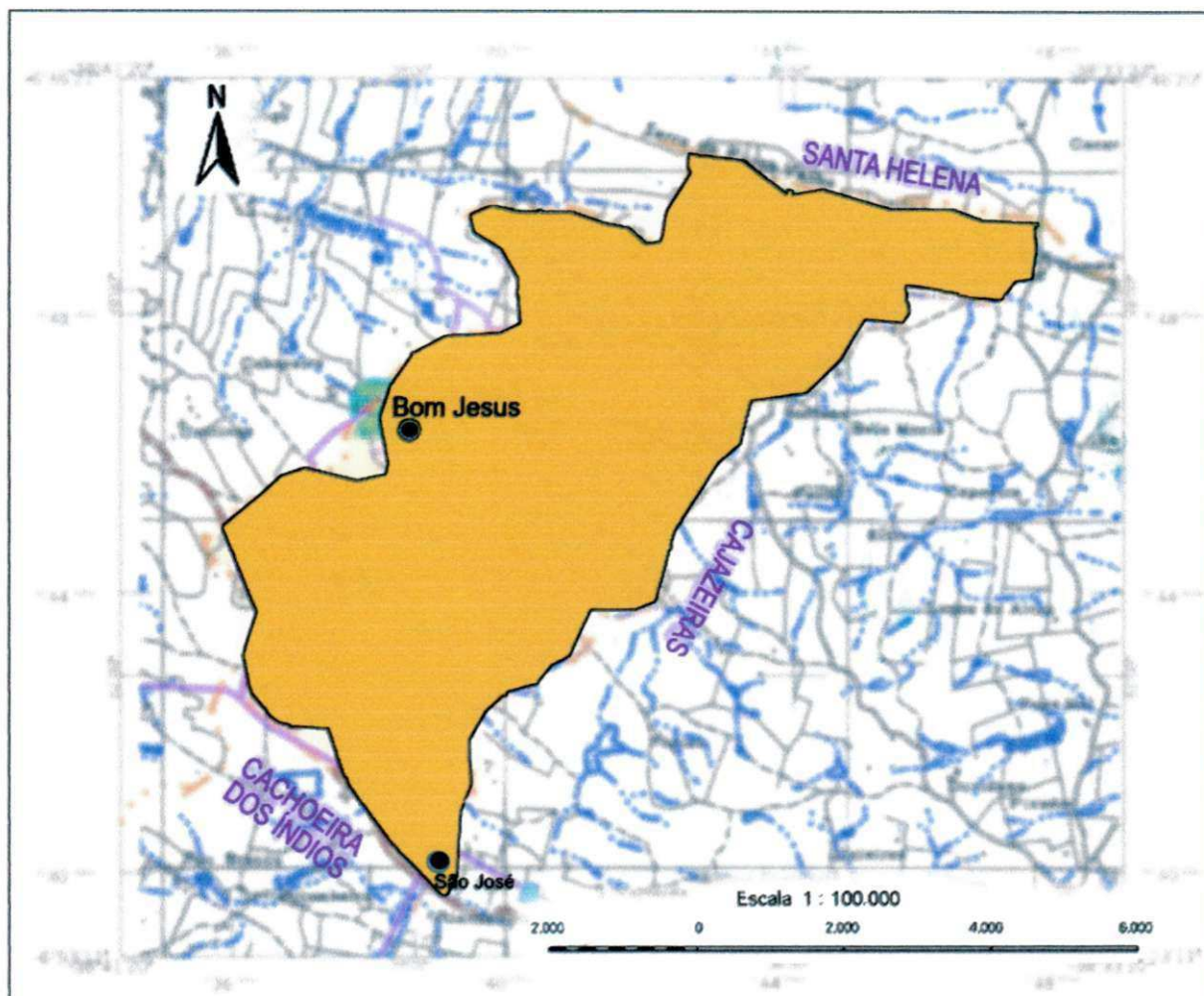


Figura 1.1: Mapa do município de Bom Jesus com a localização do distrito São José. Fonte: <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em setembro de 2009. Adaptado pelo autor.

Sendo Bom Jesus um município localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, acha-se inserido na área identificada pela antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como Polígono das Secas, “de aproximadamente 950.000 km², delimitada pelo Governo Federal em 1952. Como o próprio nome sugere, corresponde à área do Nordeste sujeito às secas periódicas” (RODRIGUEZ, 2002, p. 110).

Em termos climatológicos, o município está sob domínio de

um tipo de semi-árido quente e seco, segundo a classificação de Köppen (1956). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando a noite,

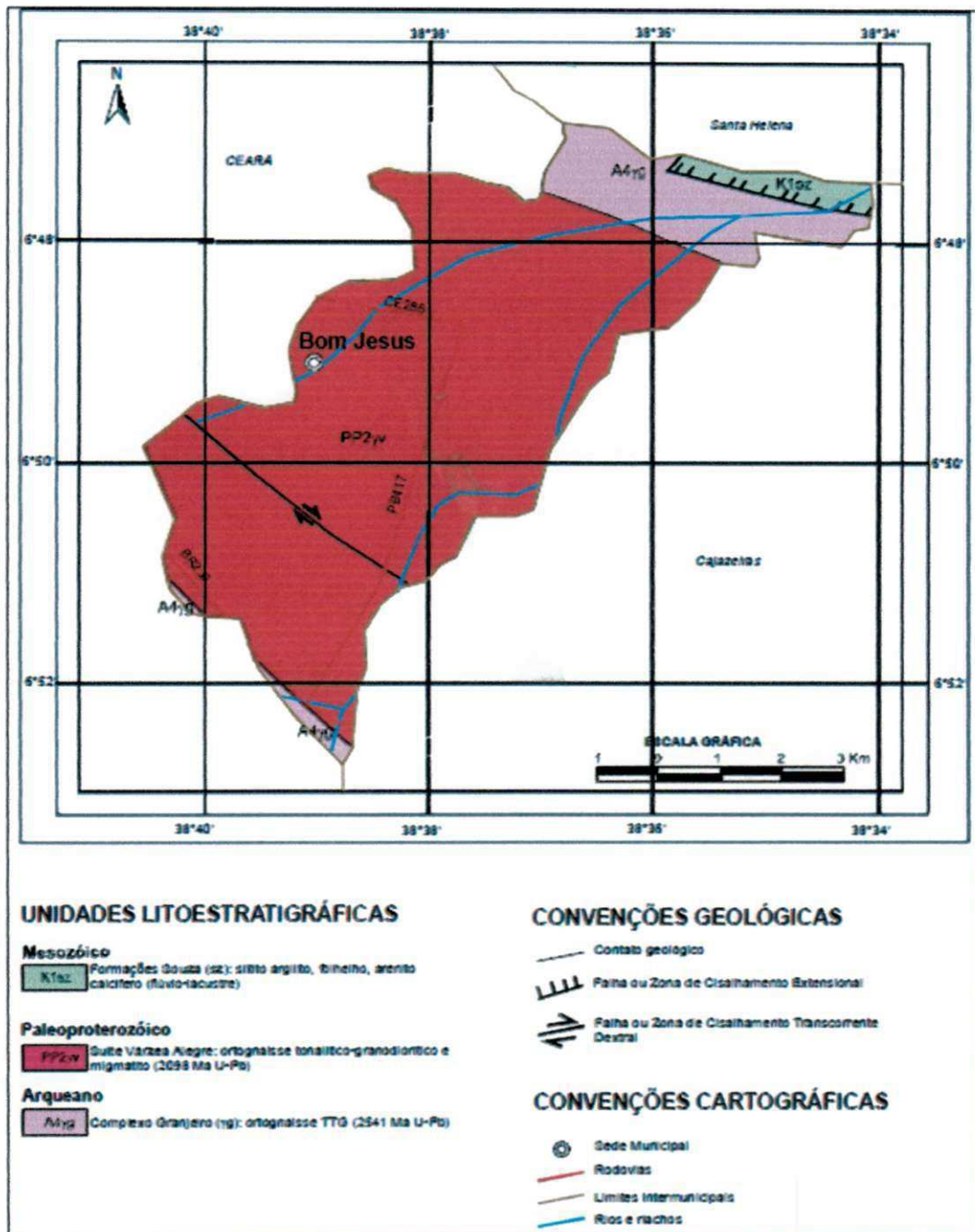
com variações anuais dentro de um intervalo de 23° a 30°C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca. O regime pluviométrico, além de baixo é regular com médias entre 400 a 700 mm/ano (MASCARENHAS, op. cit. p. 3).

Como as demais áreas semi-áridas, o nosso recorte espacial “carateriza-se pela presença de duas estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de setembro a dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno” (ibidem, p. 3).

Dansereau (1949) afirma que “a vegetação é o espelho do clima” (apud BRANDÃO, 2005, p. 66), devido às características climáticas o território do município de Bom Jesus está sob domínio do bioma da Caatinga, de espécies xerófilas (plantas adaptadas aos ambientes áridos e semi-áridos) dos estratos arbustivo-arbóreo de pequeno e médio porte, onde podemos destacar a presença de cactáceas em diversas áreas, especialmente nos lajedos do município.

Compondo o quadro vegetal em nosso recorte territorial de pesquisa, é importante registrarmos a presença da aroeira (*Astronium urunduva*), árvore de grande porte característica do bioma de caatinga, bastante encontrada no município, representando um de seus símbolos históricos.

Geomorfologicamente, de acordo com Brandão (op. cit. p. 28) o município pertence à bacia sedimentar do rio do Peixe. O seu relevo “acha-se incluso na denominada ‘planície sertaneja’, a qual constitui um extenso pediplano arrasado, onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e alinhadas com o ‘trend’ da estrutura geológica regional” (MASCARENHAS, op. cit. p. 4), conforme mostramos no mapa 1.1. A pedogênese dos seus solos é “resultante da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo podizólico vermelho-amarelo de composição areno-argilosa, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de aluvião” (ibid, p. 3).



Mapa 1.1: Geologia do Município. Fonte: MASCARENHAS. CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2005.

Segundo Brandão (ibid. p. 28), o território do município encontra-se inserido na bacia hidrográfica do rio do Peixe, sub-bacia do rio Piranhas. A rede de drenagem do município é do “tipo intermitente e seu padrão predominantemente dentrítico” (MASCARENHAS, op. cit. p. 3). Destaca-se em seu território o rio São José (riacho Cacaré), o qual, de acordo com Souza (2001, p. 49), nasce na Serra do Balanço, no município de Cachoeira dos Índios, na divisa do estado da Paraíba com o estado do Ceará. Este rio é um dos afluentes do rio do

Peixe e nos períodos chuvosos, abastece, após percorrer quilômetros, o mais importante reservatório hídrico de Bom Jesus, o açude Lagoa do Arroz²⁷. Que responde pelo abastecimento hídrico da cidade.

É preciso registramos, também, as presenças dos riachos do Batuque ao sul e da Timbaúba a leste da cidade, além de outros encontrados no território do município. Na foto 1.7, observamos o rio São José em uma de suas cheias, trecho mais visível cortado pela BR-230, destacando-se a presença da vegetação de mata ciliar, a qual vem, há muito tempo, sofrendo forte impacto decorrente do desmatamento.



Foto 1.7: Rio São José em uma de suas cheias. Foto: Everton G. Moraes, janeiro 2008.

²⁷ O açude Lagoa do arroz tem capacidade para cerca de 80.220.75 milhões de m³ de água, regularizando uma vazão de 0,96 m³/s, abrangendo uma área de 1.228 hectares (DNOCS, 1989, p. 213 apud SOUSA, op. cit. p. 43).

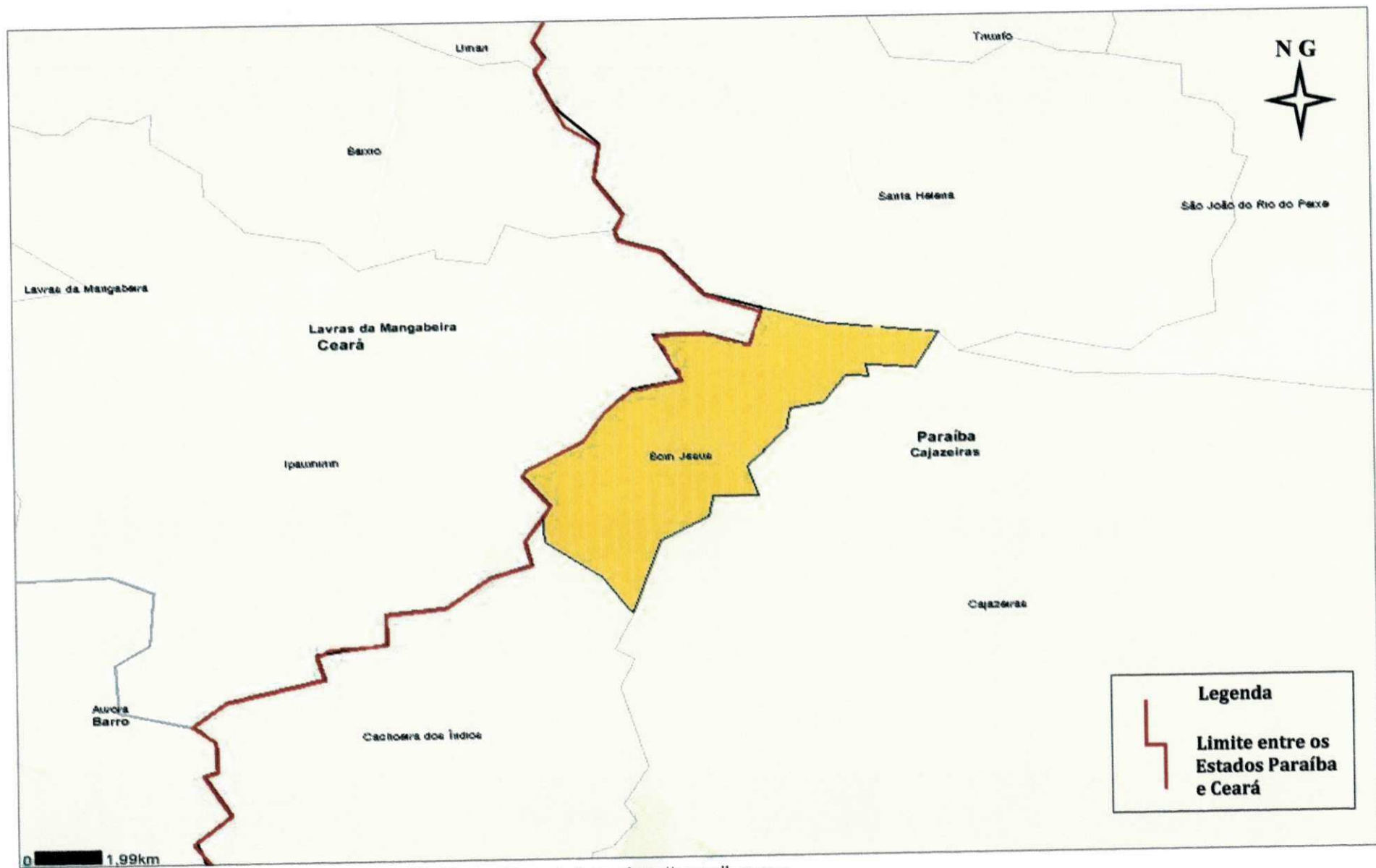


Figura 1.2: Mapa do município de Bom Jesus - PB. Fonte: Disponível em <<http://www.ibge.gov>>.

1.4. Perfil sócio-econômico da população no município de Bom Jesus

De acordo com os últimos dados do IBGE²⁸ (2007), Bom Jesus possui uma população de apenas 2.233 habitantes, sendo esta predominantemente rural. Os dados fornecidos pelo IBGE²⁹, referentes ao ano de 2000, demonstram que a população residente no município, cerca de 2.180 habitantes, estava distribuída em 63,03% com residência domiciliar na zona rural e apenas 36,97% residentes na zona urbana³⁰. O município possui uma zona rural constituída por cerca de 20 de sítios, com números variáveis de habitantes.

É importante ressaltarmos que “desde os anos 80 a população paraibana se concentra nas cidades, acompanhando o processo de urbanização que ocorreu em nível nacional” (RODRIGUEZ, 2002, p. 46). Conceituar cidade é sempre uma tarefa árdua, por tratar-se de um objeto muito complexo. Para Salgueiro cidade é “um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes” (SALGUEIRO apud CARLOS, 2003, p. 33). Mas, pela sua já comentada complexidade, achamos prudente neste trabalho seguir os critérios oficiais do Brasil, definindo cidade como “a sede do município [...], e as vilas como as sedes dos distritos (subdivisões administrativas dos municípios)”, segundo Souza (2003, p. 29).

O processo de urbanização da Paraíba, como nos assevera Rodriguez (op. cit. p. 46), registrado entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu de modo lento, acelerando nas décadas seguintes. Nos anos 70 havia cerca de 58,3% da população paraibana vivendo na zona rural e 41,7% habitando as cidades. Nos anos 80 o percentual de paraibanos residindo nas cidades atingiu os 52,7%, a população rural caiu para 47,3%. Um acréscimo de 5,4% na população urbana. Em 2000 a população urbana representava 71,0% dos paraibanos, contra apenas 29,0% vivendo em áreas rurais (ibidem, p. 46).

O crescimento populacional do município de Bom Jesus nas últimas décadas tem sido lento, destacando um maior incremento entre os anos de 1996 a 2000, possivelmente

²⁸ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em Junho de 2009.

²⁹ Disponível em

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo6.asp?e=c&n=6&t=4&v=93&cp=CD&d=Censo+Demogr%Elf%ico&z=t&o=4>> acessado agosto de 2009.

³⁰ O IBGE considera em situação urbana as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é utilizado na classificação da população urbana e rural. Notas metodológicas, IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em outubro de 2009.

justificável pelo crescimento na economia do município. Conforme os dados do IBGE³¹, em 1996 o total de pessoas ocupadas³² no município era de 161. Esse total chegou a 473 em 1998 e no ano de 2000, esses números declinaram para 137.

Quanto à infra-estrutura do município, nesse período, ocorreram notáveis melhorias. Assinalamos a instalação, por exemplo, de importantes equipamentos como a biblioteca municipal; o abastecimento hídrico da cidade, com as águas do açude Lagoa do Arroz; a construção e doação de várias casas populares aos munícipes carentes na cidade; diversas ruas foram pavimentadas na cidade e no distrito São José; algumas áreas da zona rural foram eletrificadas, além de outros investimentos.

O gráfico 1.1 apresenta a evolução populacional do município de Bom Jesus dos anos 1991 a 2007, conforme os dados apresentados pelo IBGE.

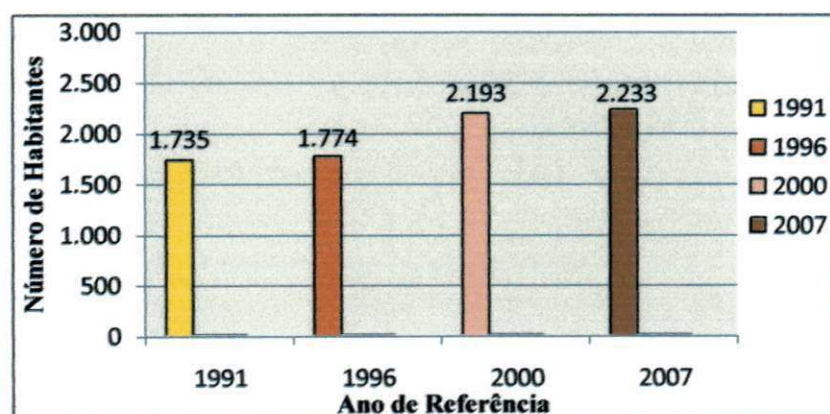


Gráfico 1.1: Evolução populacional do município de Bom Jesus.
Fonte de Dados: IBGE, 2007, elaborado pelo autor.

É importante conhecermos a evolução do crescimento da população, assim como é indispensável observarmos a sua estrutura interna, isto é, como está composta a população quanto à idade e o sexo. Observe o quadro 1.1, o qual traz a distribuição da população de Bom Jesus por sexo e idade, com base nos dados do IBGE³³ (2007). No gráfico 1.2, podemos observar os dados do quadro 1.1, em uma pirâmide etária, que representa as principais

³¹Disponível em < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1735&z=t&o=4&i=P> > acessado em agosto de 2009.

³²O IBGE classificou como ocupadas na semana de referência, período de 01 de agosto a 30 de novembro de 2000, as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência, por motivo de férias, licença, greve, etc. Notas metodológicas, IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em outubro de 2009.

³³ Ibidem.

estruturas de uma população com sua distribuição por faixa etária e sexo. Demonstra também a expectativa de vida média que uma população tem ao nascer.

	HOMENS	MULHERES
0 a 4	123	92
5 a 9	123	111
10 a 14	148	135
15 a 19	131	106
20 a 24	117	93
25 a 29	86	72
30 a 34	74	79
35 a 39	57	62
40 a 44	57	74
45 a 49	42	48
50 a 54	55	47
55 a 59	27	38
60 a 64	24	39
65 a 69	27	17
70 a 74	26	11
75 a 79	12	11
80 a 84	9	8
85 a 89	-	7
90 a 94	4	-
95 a 99	-	-
100...	-	-

Quadro 1.1: Distribuição da população do município por sexo e idade. **Fonte:** IBGE, 2007

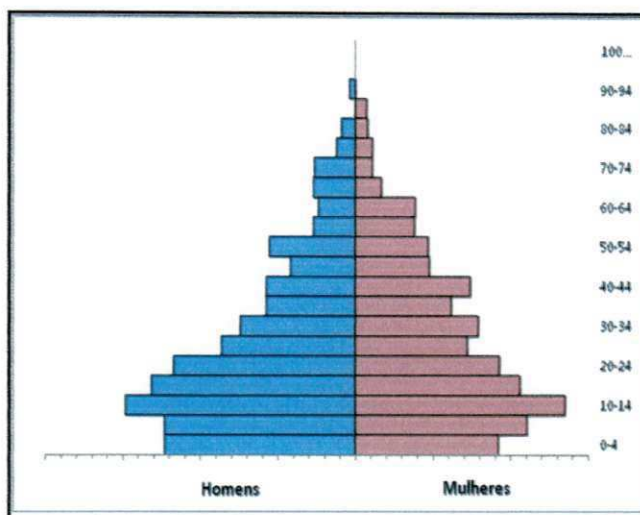


Gráfico 1.2: Pirâmide etária de Bom Jesus. **Fonte:** IBGE, 2007, elaborado pelo autor.

No tocante a educação municipal, Mascarenhas (op. cit. p. 3) aponta para o dado que o município de Bom Jesus no ano de 2000 possuía a taxa de 68,2% de sua população com idade igual ou superior a 10 anos alfabetizada. Isso ainda significava um alto percentual de 31,8% de analfabetos. O IBGE³⁴ registrou, em seus dados de 2007, o total de 839 matrículas na educação básica do município. Assim distribuídas, 104 matrículas na modalidade pré-escola, 626 no ensino fundamental e 109 no ensino médio. É importante ressaltarmos que todos os 19 estabelecimentos de ensino do município pertencem ao setor público, municipal ou estadual, não existindo escolas privadas em Bom Jesus.

A educação, sobretudo, a escola é o único meio que classes sociais de mais baixa renda dispõem para ter acesso a determinados bens e serviços. Ademais, outros bens sociais como assistência médica, moradia, cultura e lazer, muitas vezes inacessíveis para a maioria das famílias, tornam-se mais acessíveis aqueles que têm um nível de escolaridade melhor. Uma formação escolar de qualidade é capaz de diminuir as disparidades sociais as quais as classes sociais de menor poder aquisitivo são submetidas na nossa sociedade capitalista alicerçada na desigualdade social.

³⁴ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em outubro de 2009.

Pertinente à educação, as informações do IBGE³⁵ mostram que o município em tela, em 2007, contava com um quadro de 35 docentes na sua rede pública de ensino, assim distribuídos: 3 professores para a modalidade pré-escola, 24 professores para o ensino fundamental e 8 para o ensino médio. Estes professores, conforme constatamos, estão vinculados as esferas municipal e estadual, responsáveis pela formação escolar de crianças, adolescentes e adultos matriculados nos estabelecimentos de ensino de Bom Jesus.

Um dos mais importantes indicadores sócio-econômicos utilizados atualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual é calculado com base em dados como: o nível de saúde, o nível de instrução escolar e a renda per capita do município, estado ou país. O IDH é variável zero a um, sendo considerado baixo aqueles com valor inferior a 0,500; os valores contidos no intervalo de 0,500 a 0,800 são considerados médios e de 0,800 a 1 são classificados como altos (PNUD, 2009)³⁶.

De acordo com esta instituição, no ano de 1991, o município de Bom Jesus possuía um IDH de 0,488 considerado baixo, no ano de 2000 verificou-se uma evolução positiva desse indicador, atingindo 0,580, valor considerado médio. Essa evolução positiva do IDH do município em tela nos referidos anos, manteve-se na média registrada por alguns dos demais municípios da microrregião de Cajazeiras. Certamente essa evolução positiva no IDH desses municípios pode ter como uma das justificativas, os inúmeros investimentos realizados pelo Governo Federal nas últimas décadas no setor social. O quadro 1.2 demonstra essa evolução e traz um comparativo com alguns municípios da microrregião de Cajazeiras.

Município	IDH 1991	IDH 2000
Bom Jesus (PB)	0.488	0.580
Cachoeira dos Índios (PB)	0.476	0.577
Poço de José de Moura (PB)	0.470	0.574
Monte Horebe (PB)	0.519	0.611
Triunfo (PB)	0.488	0.580

Quadro 1.2: Evolução e Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Bom Jesus. Fonte: Disponível em <[www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%201991%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%201991%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)> acessado em junho de 2009.

³⁵ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em outubro de 2009.

³⁶ Disponível em <http://www.pnud.org.br>, acessado em Junho de 2009.

O setor terciário, composto pelo comércio e prestação de serviços, segundo os últimos dados do IBGE³⁷, sobretudo a prestação de serviços, respondeu pelo maior valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) do município no ano de 2006. O crescimento do setor terciário foi registrado nas últimas décadas em praticamente todos os municípios e estados brasileiros, dinamizando a economia dos mesmos.

No entanto, enfatizamos que o município de Bom Jesus não dispõe de feira livre, atividade comercial típica em qualquer localidade. Não registramos a ocorrência desta atividade em nenhum dia da semana, assim, os moradores adquirem suas mercadorias em pequenos mercadinhos ou se deslocam para as cidades vizinhas. A agricultura e a pecuária são atividades que compõem o setor primário, o qual já constituiu o principal setor econômico do município. Estas atividades tiveram sua importância reduzida há alguns anos, possivelmente pela falta de investimentos governamentais e a baixa produtividade.

O total de empreendimentos comerciais e empresariais, englobando o setor secundário, atuando como fontes de emprego e renda para a população e arrecadação de impostos para a prefeitura municipal é bastante reduzido. Mascarenhas (op. cit. p. 3) menciona a existência de “11 empresas atuando com CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] no município” no ano de 2000. O gráfico 1.3 apresenta os valores em reais do PIB municipal (R\$ 7.772,00) relativos aos três setores da economia em 2006.

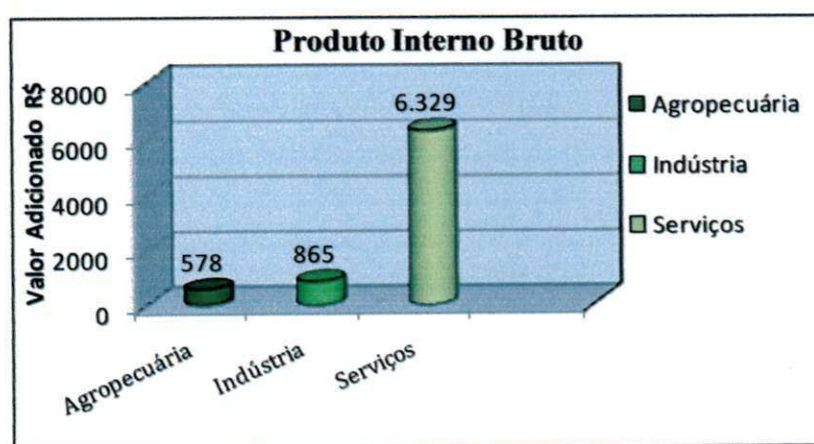


Gráfico 1.3: Produto Interno Bruto do município (Valor Adicionado).
Fonte de Dados: IBGE, 2007, elaborado pelo autor.

³⁷ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em outubro de 2009.

O comércio e os serviços oferecidos no São José ainda estão em fase de desenvolvimento e, não empregam a mão-de-obra local de forma considerável. O setor terciário da economia, especialmente o comércio, tende a prosperar já que, nossa pesquisa mostrou que a comunidade está investindo a maior parte de sua renda no local. Dados que serão demonstrados e analisados no terceiro capítulo. No quadro 1.4 podemos observar os tipos de estabelecimentos comerciais e serviços prestados no distrito São José.

Tipos de atividades comerciais e serviços	Número de estabelecimentos
Mercadinhos	3
Padarias	1
Bar	3
Serviços de eletrônica	1
Salão de cabelo	1
Posto dos correios	1
Posto de saúde	1
Escolas	2
Total	13

Quadro 1.4: Tipos de estabelecimentos comerciais e serviços do distrito São José. Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Bom Jesus, 82 famílias do distrito São José eram beneficiadas pelo do Programa Bolsa Família⁴³ do Governo Federal em 2006. Programas que existiam em governos anteriores como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás foram unificados ao Programa Bolsa Família em um cadastro único. Assim,

famílias beneficiárias de um ou mais de um desses antigos programas, tiveram seus cadastros transferidos para o Cadastro Único e, aquelas que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade, em conformidade com os critérios de inclusão do PBF, passaram a receber o benefício do Programa

⁴³ Programa Bolsa família é considerado o carro-chefe do Programa Fome Zero, pois é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 120 mensais, que associa a transferência do benefício financeiro com o acesso aos direitos sociais básicos: saúde, educação e assistência social. Fonte: Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e>

Bolsa Família. Essa troca foi feita sem que beneficiário perdesse recursos com a mudança de Programa⁴⁴.

Mediante os dados levantados, constatamos a ausência de políticas públicas do Governo Municipal voltadas ao setor social e a geração de emprego e renda no São José. É possível admitirmos que uma grande parcela da população residente no distrito tem como única fonte de renda (ou a mesma é complementada) pelos diversos programas sociais do Governo Federal instituídos no município. Cabe-nos indagar, se não existissem os referidos programas do Governo Federal para gerar o mínimo de renda necessária para essas famílias se manterem?

Com relação à educação do distrito São José, de acordo com os dados repassados pela Secretaria Municipal de Educação (2009), são destinados 12 docentes municipais para os dois estabelecimentos de ensino do distrito. Estes professores são disponibilizados para educação infantil, no caso apenas um professor; para o ensino fundamental, quatro; dois para a Educação de Jovens e Adultos (programa EJA do Governo Federal) e cinco para o Programa Brasil Alfabetizado (Governo Federal).

Um dos moradores do São José nos relata sucintamente e com muita coerência, que “*o caba que não sabe ler é um cego*⁴⁵”. Essas questões pertinentes as taxas de analfabetismo na comunidade serão melhor abordadas no terceiro capítulo. É importante ressaltarmos, como anteriormente citamos, que Bom Jesus apresenta o alto percentual de 31,8% de sua população composta de analfabetos. Observe o quadro 1.5 que traz o número de alunos matriculados na educação básica nas escolas do distrito São José no ano de 2008.

Série Escolar	Número de Alunos Matriculados
Educação Infantil	25
1ª a 4ª Série de Ensino Fundamental	110
Educação de Jovens e Adultos	62
Total de Alunos Matriculados	197

Quadro 1.5: Número de matrículas na educação básica- rede municipal – distrito São José 2008.
Fonte de dados: Secretária Municipal de Educação, 2009

⁴⁴ Fonte: Disponível em < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/fc_beneficiario/programas-remanescentes/os-programas-bolsa-escola-bolsa-alimentacao-cartao-alimentacao-e-auxilio-gas-nao-existem-mais > acessado em novembro de 2009.

⁴⁵ Francisco Paulino Barreto, agricultor aposentado, reside no povoado São José há 30 anos. Informação verbal. Outubro de 2009.

1.5. Levantamento da infra-estrutura do distrito e da cidade

Dedicaremos esta seção a um breve levantamento da infra-estrutura da cidade de Bom Jesus e do distrito São José. É preciso deixarmos claro que não nos fixaremos em realizar uma minuciosa descrição da mesma, enumeramos apenas os aspectos mais importantes da infra-estrutura da cidade e do distrito. Bom Jesus se apresenta como uma cidade pequeno porte⁴⁶, e que não se destaca das demais da microrregião de Cajazeiras, pois possui as mesmas características urbanas de precariedade do setor de infra-estrutura.

De acordo com um levantamento realizado por Mascarenhas (op. cit. p. 3) em 2000, dos cerca de “511 domicílios particulares do município, um total de 201 possuem sistema de esgotamento sanitário, 305 são atendidos pelo sistema estadual de abastecimento de água e outros 127 pela coleta de lixo”. A coleta de lixo foi ampliada no início da administração pública municipal 2009-2012, atendendo a 100% dos domicílios da cidade e do distrito São José, não sendo realizado nas áreas rurais do município.

A educação, como já enfatizada anteriormente, conta com 19 estabelecimentos de ensino (estaduais e municipais), sendo 8 na modalidade pré-escola, 10 de nível fundamental e apenas uma de nível médio (IBGE⁴⁷, 2007), distribuídos por todo o município, além de uma biblioteca e um centro cultural na sede do município.

A cidade dispõe de um mercado público para o comércio, um ginásio poliesportivo, um campo de futebol (em péssimo estado) e uma rodoviária inativa. No setor de saúde, os serviços são prestados em 03 postos de saúde, dois sob a gerência da administração de Bom Jesus e um administrado pelo município de Ipaumirim - CE. Existe um quarto posto de saúde, que fica na cidade de Bom Jesus, criado com essa finalidade de atender a população local, mas que não é utilizado para esses fins, encontrando-se praticamente desativado. Ainda, no município, existem 03 ambulâncias e 01 automóvel do Programa Saúde da Família (PSF) para atender toda a população do município.

Em termos de infra-estrutura urbana, a cidade “apresenta 85% de suas vias pavimentadas e 100% iluminadas” (MASCARENHAS, op. cit. p. 3). Alguns aspectos negativos na sede do município nos chamam a atenção, como o fato de não possuir rodovias

⁴⁶ O IBGE classificou em notas de divulgação de pesquisas como municípios de pequeno porte, aqueles que possuem cerca de 5.000 habitantes, municípios com 20 mil a 100 mil habitantes foram classificados de médio porte e qualificados de grande porte aqueles com população superior a 500 mil habitantes. Fonte: Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=345> acessado em novembro de 2009.

⁴⁷ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acessado em junho de 2009.

ou estradas pavimentadas de saída (rodovia única de entrada/saída), não existem, ainda, postos de gasolina, bancos, hotéis, restaurantes, escolas particulares e creches, entre outros serviços.

Esses déficits de infra-estrutura na cidade, o setor empresarial discerni como pontos negativos para futuros investimentos no município. O que infelizmente acaba retardando o crescimento econômico local, já que micro e pequenas empresas têm papéis fundamentais na geração de emprego e renda, e no desenvolvimento sócio-econômico de qualquer município. Os problemas básicos de infra-estrutura pública já poderiam ter sido solucionados pela administração municipal, já que a iniciativa privada tem realizado poucos investimentos no município.

Portanto, analisando especificamente o distrito São José, um estudo da Secretária Municipal de Assistência Social (2009) demonstra-nos que este distrito é especificamente a área do município que mais carece de infra-estrutura e serviços públicos. Então, devemos indagar o que foi feito, pela administração pública municipal, para atender as referidas necessidades do distrito?

Durante toda a nossa pesquisa este questionamento esteve presente, mas na medida em que aprofundamos os levantamentos propostos sobre distrito de São José, esse questionamento permaneceu sem resposta, ou seja, de certa forma, nossas hipóteses sobre a ausência de ações políticas sociais para este distrito foram se confirmando. Na verdade, os problemas verificados *in loco*, as carências que registramos e diversas contradições foram sendo reveladas, como, por exemplo, a citada falta de abastecimento de água de qualidade na comunidade, a qual constitui um dos aspectos que consideramos de maior incoerência por parte do governo municipal.

É importante enfatizarmos que desde 1997, a sede do município conta com o abastecimento das águas (de qualidade) do açude Lagoa do Arroz por meio de uma adutora, os serviços são gerenciados pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba S.A (CAGEPA). A mesma companhia não atua no distrito e a água que toda população local utiliza para fins domésticos, algumas famílias a utilizam para consumo próprio, é salobra proveniente de poços públicos.

Pelo consumo dessa água não são cobradas tarifas municipais ou estaduais. Para o consumo de água doce (não tratada) utilizada nas necessidades diárias, à população do São José precisa diariamente buscar alternativas. Uma delas é utilizar as águas de um açude localizado no sítio Laranjeiras, distante uns 2 km da comunidade, a qual é a fonte de

abastecimento de praticamente toda a população. Alternativa também utilizada por alguns moradores é se abastecer por outros meios, com as águas provindas de demais localidades como Cachoeira dos Índios, através de tambores de água.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (2006), que nos fornece uma amostra das águas utilizadas no banho e na pia das 82 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, o escoamento sanitário destas águas é feito para fossas sépticas ou rudimentares, sendo que em geral, as águas servidas no banho e no uso doméstico correm para as valas a céu aberto nas ruas. Essa problemática será melhor abordada, com outros dados, no segundo capítulo. O quadro 1.6 nos fornece uma amostra do destino do escoamento sanitário do distrito São José, referente a essas 82 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.

Destino do Escoamento Sanitário	Quantidade de Famílias
Fossa Rudimentar	03
Fossa Séptica	28
Céu Aberto	50
Outro	01

Quadro 1.6: Destino do Escoamento Sanitário das 82 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no distrito São José. Fonte de dados: Secretária Municipal de Assistência Social, 2006.

Os esgotos e o lixo lançados ao ar livre são focos de incontáveis doenças infecto-contagiosas, além de provocar enormes danos, como a contaminação e a poluição do meio ambiente. Até o início de 2009, como relatado pela população, não existia a coleta regular de lixo realizada pelo setor público municipal no distrito São José. O lixo era deixado a céu aberto, queimado pela própria população e às vezes coletado por caminhões da prefeitura. O quadro 1.7 nos comprova a falta de atuação da administração municipal no tocante a coleta de lixo no São José em 2006. Os dados são referentes às 82 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Podemos observar, por exemplo, que 70 famílias beneficiadas pelo PBF, destinavam seu lixo doméstico ao céu aberto.

Destino do Lixo	Quantidade de Famílias
Céu Aberto	70
Queimado	11
Coletado	01

Quadro 1.7: Destino do lixo das 82 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no distrito São José. Fonte de dados: Secretária Municipal de Assistência Social, 2006.

Na área da educação, como já citado anteriormente, o distrito São José conta com duas escolas municipais, das 19 escolas (municipais e estaduais) que existem no município. São elas: a E.M.E.I.E.F. José Antônio Moreira e a E.M.E.I.E.F. José Roque de Souza, que funcionam nos três períodos, manhã, tarde e noite, segundo dados fornecidos pela Secretária Municipal de Educação (2009). Essas escolas oferecem a comunidade educação infantil, ensino fundamental de 1ª a 4ª série e os programas Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Brasil Alfabetizado.

No setor da saúde em 2008, passou a funcionar primeiro posto de saúde do distrito, com instalações próprias⁴⁸, o qual atende a comunidade, com serviços médicos, três vezes por semana, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. A pesquisa empírica demonstrou que atualmente 63,3% das famílias 30 famílias entrevistadas buscam atendimento médico em Cajazeiras, 30% procuram o posto de saúde da comunidade e apenas 6,6% dirigem-se a cidade de Bom Jesus para realizar suas consultas médicas⁴⁹. Antes do funcionamento desse posto de saúde no São José, o atendimento médico na comunidade era realizado no estabelecimento da E.M.E.I.E.F. José Antônio Moreira (Secretária Municipal de Saúde, 2009). Para o deslocamento de pacientes do distrito para a(s) cidade(s), existe 01 ambulância a disposição da comunidade.

De modo resumido, o distrito possui apenas 03 ruas pavimentadas, um campo de futebol, um posto dos correios e dois reservatórios de água para abastecer a comunidade, um sob a gerência do município de Bom Jesus e o segundo de propriedade do município de Cachoeira dos Índios. Ao mesmo tempo não dispõem de áreas de convivência, como praças, delegacia de polícia, postos de gasolina, áreas apropriadas para a prática de esportes, cemitério, etc.

Mesmo considerando a rede urbana hierarquizada, sede do município e distrito, percebemos a notável defasagem de infra-estrutura do distrito São José em comparação a sede municipal. Como anteriormente explicitamos, o São José possivelmente teve seu processo de formação concomitantemente ao da cidade de Bom Jesus, no final do século XIX, então, por que ainda hoje são tão gritantes essas diferenças? O São José localiza-se às margens de duas rodovias, as mesmas poderiam desempenhar um valoroso papel no desenvolvimento econômico neste distrito, pois através delas circulam grandes fluxos de mercadorias e pessoas,

⁴⁸ Essa obra será melhor analisada no segundo capítulo.

⁴⁹ Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

não estando, portanto, caracterizada como uma área isolada. Malha viária essa, que a sede do município não dispõe, como anteriormente aludimos.

CAPÍTULO 2 – O que foi feito: ações do governo municipal de Bom Jesus

Neste capítulo analisaremos as principais ações do governo municipal de Bom Jesus, desenvolvidas para a cidade e para o distrito São José nesses últimos oito anos de administração pública municipal. Consideraremos como as principais ações políticas desse período a Lei Municipal nº 371/2007, que elevou o povoado São José, nossa área de estudos, a categoria de distrito, as inúmeras obras de aedagem registradas pelo Governo Municipal no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB); a construção de um posto de saúde no distrito São José e outras ações relevantes.

Como fonte de dados secundários, utilizamos as prestações de contas da Prefeitura Municipal de Bom Jesus no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Já as fontes primárias, pesquisamos alguns documentos da Câmara de Vereadores do município, referentes às ações e processos administrativos movidos pelo poder legislativo contra a administração municipal, no Ministério Público do Estado da Paraíba. Ainda utilizamos como fontes primárias, alguns dados oriundos de nossa pesquisa empírica, realizada no distrito São José.

2.1. De povoado para distrito de São José. Trâmites legais

Um dos principais questionamentos que surgiram logo na fase inicial desta pesquisa foi o seguinte: o São José fora elevado, por lei municipal, a categoria de distrito ou ainda permanecia como um povoado? A população que reside na cidade de Bom Jesus não receia em denominar de distrito, assim como alguns habitantes do próprio São José, embora muitos ainda não souberam responder. Mas, analisando o caso dentro das normas legais, das constituições Federal e Estadual, encontramos a resposta para esse questionamento.

A Constituição do Estado da Paraíba⁵⁰, em seu Artigo 11, inciso IV, consoante com o Artigo 30, inciso IV da Constituição Federal de 1988, estabelece que seja a competência dos

⁵⁰ A Constituição do Estado da Paraíba foi promulgada em 05 de outubro de 1989.

municípios criar, organizar e suprimir seus respectivos distritos. O município de Bom Jesus possui sua Lei Orgânica Municipal, promulgada em 31 de março de 1990.

A referida Lei Orgânica, não se encontra de fácil acesso para a população do município, ficando o conhecimento da mesma restrita a uma pequena parcela da população municipal, especialmente a classe política. Além de não está disponível nos setores públicos municipais, atualmente não é difundida nos meios de comunicação ou nem nas escolas, onde, por exemplo, o professor poderia divulgá-la e analisá-las, juntamente com os alunos. O gráfico 2.1 nos mostra as respostas dos moradores do distrito, ao serem questionados se sua comunidade se tornou um distrito. Quanto a essa questão, notamos haver dúvidas entre os moradores do distrito São José

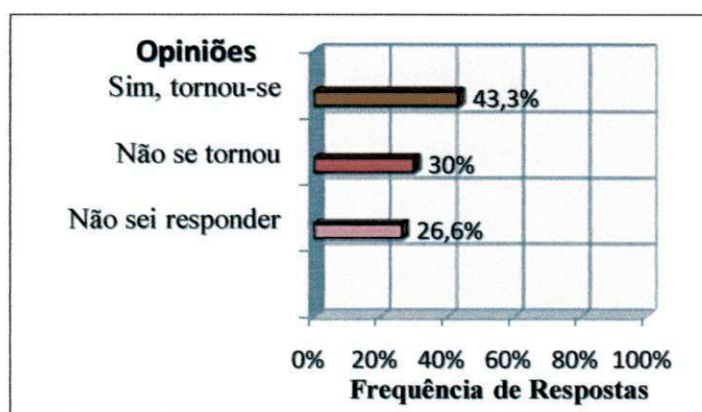


Gráfico 2.1: Opinião dos moradores do São José quando questionados se sua área tornou-se um distrito. Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro 2009.

Entretanto, constatamos que na administração política municipal de 2004-2008, foi aprovada a Lei municipal nº 371/2007, de 10 de setembro de 2007⁵¹, destinada ao distrito São José com a seguinte redação,

Art. 1º- Fica denominado de Distrito de São José o Povoado onde se encontra a Vila São José, pois este mesmo povoado está bastante habitado, se dispõe (sic) de uma capela, um posto médico, um posto dos correios e 03 ruas pavimentadas (LEI MUNICIPAL, 2007).

Na referida lei, elaborada e aprovada pelo poder legislativo municipal e sancionada pelo prefeito, constatamos haver, entre os termos utilizados, ambiguidades

⁵¹ Observar o Anexo A.

conceituais dentre outras problemáticas. De acordo com as normas adotadas pelo IBGE⁵², os distritos

são as unidades administrativas dos municípios e têm sua criação norteadas pelas leis orgânicas dos municípios. As vilas são localidades com o mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais (IBGE).

E por fim, para o IBGE, os povoados

são localidades que tem as características definidoras de um aglomerado rural isolado⁵³, e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado, empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias na própria localidade ou fora dela (IBGE).

O capítulo IV da Lei Orgânica do município de Bom Jesus, regula a criação de distritos no município dentro das normas legais. Porém, o Artigo 88 da Lei Orgânica trata das condições de infra-estrutura necessárias para que um povoado seja elevado à categoria de distrito e regulariza, em seu inciso III, que a área do vindouro distrito municipal precisa possuir em sua sede pelo menos, “trinta moradias, escola pública, unidade de saúde e cemitério”. O seu Artigo 92 deixa claro que

“a lei de criação do distrito será aprovada pela maioria absoluta dos membros que compõem a Câmara Municipal, devendo o texto, conter no mínimo: I – o nome do distrito; II – as divisas; III – a data da instalação (LEI ORGÂNICA DE BOM JESUS, 1990).

A partir do exposto, podemos afirmar que a Lei Municipal nº 371/2007, de criação do distrito de São José, não foi elaborada dentro das normas estabelecidas pelo Artigo 92 da Lei

⁵²Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/elementos_representacao.html> acessado em agosto de 2009.

⁵³ Localidade que tem as características definidoras de aglomerado rural e está localizada a uma distância igual ou superior a 1 Km da área urbana de uma cidade, vila ou de um aglomerado rural já definido como de extensão urbana.

Orgânica Municipal, pois não informa as divisas do distrito, o que a torna suscetível a veto. A falta de um cemitério, um dos itens básicos de infra-estrutura, na área do denominado distrito de São José, faz com que o mesmo também não se enquadre dentro das normas estabelecidas pelo Artigo 88, da Lei Orgânica municipal para a criação de distritos.

Ainda, sob a luz da Lei Orgânica Municipal, o segundo parágrafo do Artigo 88 estabelece que “a prefeitura poderá promover consulta popular com as populações interessadas sobre a conveniência ou não da criação do distrito”. De acordo com o levantamento de nossa pesquisa empírica, 100% dos entrevistados afirmaram que nunca participaram de um plebiscito com essa finalidade, embora o referido artigo não torna o mesmo obrigatório.

O plebiscito seria a forma mais democrática para se legitimar o processo de elevação do povoado São José a categoria de distrito. Assegurando a participação de todos os moradores da comunidade interessados ou não, na aprovação desse processo. Ademais, pelo que podemos perceber, a população da cidade de Bom Jesus também ficou à margem desse processo, pois ao conversarmos informalmente com alguns moradores, estes revelaram não saber de nada, ou seja, também não foram consultados.

O atual presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus quando foi questionado em entrevista⁵⁴, sobre a elaboração e aprovação da Lei Municipal nº 371/2007, declarou por escrito que “*vendo a inconstitucionalidade do ato, a Câmara Municipal ira reparar o mesmo, cobrando as normas exigidas na Lei Orgânica Municipal*”. O presidente do poder legislativo municipal reconheceu as falhas na aprovação da referida lei e assumiu o compromisso de revogá-la o mais breve possível.

Ainda justificou que, no período de apreciação desta lei pela Câmara Municipal em 2007, foi um dos vereadores que se posicionaram contra sua aprovação, pois o mesmo já havia constatado suas falhas. A partir do exposto, podemos concluir que a Lei Municipal nº 371/2007, é suscetível de vedação por não ter sido formulada consoante as normas da Lei Orgânica Municipal.

Essas normas legais aqui expostas, certamente são de conhecimento do poder legislativo e executivo municipal, portanto, cabe-nos questionar que interesse os referidos legisladores teriam ao aprovar esta lei? Talvez tenha sancionado a mesma para atender promessas realizadas em campanhas eleitorais ou interesses político partidários. A área do denominado distrito de São José possui as características de um aglomerado rural permanente

⁵⁴ Entrevista prestada pelo Vereador Francisco Jocerlan Sampaio, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus. 20 de agosto de 2009.

de habitantes que o IBGE classifica como povoado, sendo qualificada pelo órgão como área rural. Logicamente que o simples cumprimento da Lei Orgânica Municipal, neste contexto, não promoverá melhorias nas condições de vida dessa comunidade.

2.2. Ressurgiu a política de açudagem no município de Bom Jesus

Pertinente as ações políticas desenvolvidas pela administração pública municipal de Bom Jesus no período de 2000 a 2008, dedicaremos essa seção a política de açudagem desenvolvida pelo poder público municipal para o município. Para que possamos realizar uma análise mais crítica do atual programa de açudagem desenvolvido pela administração municipal de Bom Jesus, precisamos resgatar em que contexto histórico da política nacional é desenvolvida a chamada política de açudagem no Nordeste brasileiro e quais eram seus objetivos. Somente após uma breve releitura das ações do Governo Federal, voltadas principalmente para a médio e grande açudagem, destinadas ao semi-árido brasileiro, é que poderemos analisar melhor as atuais ações da administração municipal de Bom Jesus, inserindo, assim, este município neste contexto.

O semi-árido brasileiro, de acordo com Silva (2008), abrange uma área de 969, 589 km², com uma população em torno de 21 milhões de habitantes, sujeita a períodos anuais secos, os quais duram em média de 7 a 9 meses. Não raro, acontecem prolongamentos desses períodos de estiagem, podendo passar alguns anos seguidos, provocando grandes impactos ambientais e sócio-econômicos, especialmente para o setor primário.

Inúmeras grandes secas já foram registradas no semi-árido brasileiro, as quais já vitimaram milhões de sertanejos. Apenas na histórica grande seca de 1877 a 1879, como nos ressalta Silva (op. cit), morreram mais de um milhão de sertanejos, episódio em que o imperador Dom Pedro II, ofereceu as jóias da coroa para acabar com a seca no sertão nordestino.

A questão da água no Nordeste, notadamente no semi-árido, sempre foi tema de discussões nos meios políticos e científicos. O semi-árido possui um déficit hídrico natural, que provoca uma evaporação superior às médias anuais de precipitações na região. Agrava-se pelo fato das chuvas serem irregulares e mal distribuídas durante o ano. As médias de evapotranspiração, segundo Suassuna (2000), são de aproximadamente 2.000 mm anuais, para cerca de 800 mm em média de chuvas, com temperaturas elevadas o ano todo.

Algumas medidas desenvolvidas pelo governo brasileiro, desde os fins do século XIX, ainda no período imperial, para amenizar os efeitos das prolongadas secas no Nordeste, mostram a preocupação das autoridades para solucionar essa problemática. Assim,

em 1856, o governo imperial tomou uma decisão relevante que aponta para mudanças na forma de intervenção estatal na área das secas, com a criação de uma comissão científica para estudar a realidade do Nordeste seco e propor soluções para o enfrentamento das problemáticas (SILVA, op. cit. p. 41).

Apesar da diversidade das propostas dessa comissão de cientistas multidisciplinares, a serviço do governo brasileiro ainda no século XIX, nos assevera Silva, com base em Pompeu Sobrinho, que

prevaleceu à solução hidráulica pela açudagem e irrigação, compreendida como a capacidade humana de modificar as condições naturais inóspitas, ou seja, como solução direta dos problemas das secas pela '[...] correção da natureza semi-árida do Nordeste' (POMPEU SOBRINHO, 1982, p. 87 apud SILVA, op. cit. p. 41).

A partir desse período a médio e a grande açudagem passou ser vista como a solução para estabilizar a população do semi-árido na região e desenvolver a produção agrícola dos mais diversos gêneros a partir da irrigação, não mais se limitando ao binômio gado-algodão que predominava como as atividades econômicas dos sertões do Nordeste brasileiro.

A política de açudagem, no período republicano, no início do século XX, acabou privilegiando as oligarquias dos Nordeste e seus coronéis, pois os mesmos detinham força política e prestígio junto ao Governo Federal. Assim,

os açudes e poços construídos para represamento de água e utilização em períodos de seca serviam, sobretudo, para a sustentação dos rebanhos nas grandes e médias propriedades. Na primeira metade do século XX, centenas de açudes foram construídos em propriedades particulares que foram favorecidas pelos prêmios distribuídos pelo Governo Federal (SILVA, op. cit. p. 41).

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas⁵⁵ (DNOCS), órgão do Governo Federal, foi criado “com a finalidade de realizar obras e serviços permanentes e desenvolver ações em situação de emergência” (SILVA, op. cit. p. 47). Esse órgão foi notadamente o grande responsável pelas obras de médio e grande açudagem no Nordeste. O DNOCS em suas décadas de atuação no semi-árido, a frente das obras contra as secas, foi alvo de inúmeras críticas por parte de políticos e de cientistas das mais diversas áreas.

Dentre as principais críticas dirigidas ao DNOCS, especialmente na década de 1959, quando o órgão tentou mudar o foco de suas ações (SILVA, op. cit.), estão as que dizem respeito aos limites técnicos do órgão no combate às secas e no aproveitamento do potencial criado pela açudagem. Alguns exemplos dessas críticas são enumeradas por Silva (op. cit. p. 48):

a/ a açudagem vista como ineficiente e dispendiosa, encontra no clima Semi-Árido, com temperatura bastante elevada, seu principal limite, devido à evaporação;

b/ a fragilidade da estrutura física dos pequenos e médios açudes, que se rompiam com as grandes enxurradas e não conseguiam acumular água nos anos seguidos de seca;

c/ falhas de funcionamento social dos grandes açudes que foram concebidos para garantir melhoras na produção agrícola, tendo em vista que alguns estavam localizados longe de várzeas irrigáveis, atendendo a um número limitado de famílias; e

d/ as áreas irrigadas, dominadas pelos canais, permaneciam sob o domínio dos grandes proprietários que mantinham seu interesse principal na pecuária.

Segundo os estudos de Suassuna (op. cit. p. 30), estima-se que existam atualmente no semi-árido Nordestino cerca de 70.000 açudes de pequeno porte, caracterizados por volumes entre 10.000 e 200.000 m³ de água e representam 80% dos corpos d'água nos estados do nordeste. Estas obras visam o armazenamento de água e posterior uso nos períodos de escassez, assim, no semi-árido brasileiro podemos encontrar pequenos, médios e grandes açudes, sendo que os

grandes, construídos pelo poder público, são aqueles em que se desenvolvem as principais atividades de irrigação, piscicultura e abastecimento das populações na região, e que evidenciaram a atuação de instituições como o

⁵⁵ O DNOCS foi criado em 1945, a partir da transformação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, órgão que em 1919 sucedeu da antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, criada em 1909 (SILVA, op. cit. p. 44-47).

DNOCS na sua construção e no manejo de suas águas, nos chamados perímetros irrigados (SUASSUNA, op. cit. p. 30).

Com base na tabela 2.1, observamos que o DNOCS em suas décadas de atuação, construiu cerca de 303 açudes no semi-árido brasileiro, com capacidade para armazenarem cerca de 17.483,53 bilhões de metros cúbicos de água (SOUSA, 1999, p. 58). A Paraíba pode ser destacada como um bom exemplo de estado do Nordeste contemplado pelo DNOCS, pois, com base na tabela 2.1, cerca de 14,6% das obras de açudagem do órgão na região foram destinadas a Paraíba, um total de cerca de 43 açudes. Isso classifica o estado como o terceiro do Nordeste, onde o DNOCS teve maior atuação, ficando atrás apenas do Ceará e Rio Grande do Norte respectivamente.

Na Paraíba podemos destacar como bons exemplos de grandes obras de açudagem, todas elas sob controle do DNOCS. Assim, são exemplos: os açudes de Coremas/Mãe d'água, Pilões, São Gonçalo, Piranhas, Boqueirão, açude de Soledade e o Estevam Marinho em Piancó, um dos maiores do Nordeste com capacidade para 720 milhões m³ de água (SOUSA, op. cit. p. 59). No município de Bom Jesus, como citado anteriormente, existe o açude Lagoa do Arroz, com capacidade para mais de 80 milhões metros cúbicos de água, o único açude do município construído pelo DNOCS em 1987. Observe a tabela 2.1, a qual traz o número de açudes construídos pelo DNOCS em todos os estados que compõem o semi-árido brasileiro.

<i>Estados</i>	<i>Capacidade em milhões/m³</i>	<i>Quantidade de açudes</i>
<i>Piauí</i>	<i>473,62</i>	<i>17</i>
<i>Ceará</i>	<i>8 438,34</i>	<i>76</i>
<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>3 050,99</i>	<i>52</i>
<i>Paraíba</i>	<i>2 642,26</i>	<i>43</i>
<i>Pernambuco</i>	<i>1 629, 60</i>	<i>36</i>
<i>Alagoas</i>	<i>57,2</i>	<i>23</i>
<i>Sergipe</i>	<i>19,51</i>	<i>11</i>
<i>Bahia</i>	<i>1 048, 05</i>	<i>35</i>
<i>Minas Gerais</i>	<i>83,63</i>	<i>86</i>
<i>Total</i>	<i>17 483,53</i>	<i>303</i>

Tabela 2.1: Açudes construídos pelo DNOCS no Nordeste. Fonte: Anais do 1º Simpósio Brasileiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do semi-árido – Mossoró, URRN, 1997. In: SOUSA, 1999, p. 58.

Por que estamos falando no possível ressurgimento da política de açudagem no município de Bom Jesus? Será que se trata, realmente, da mesma política adotada, como vimos, pelo Governo Federal? Após fazermos essa sucinta consideração sobre a política de açudagem no Nordeste, podemos analisar com maior clareza o atual modelo de açudagem, desenvolvido pelo governo municipal de Bom Jesus, para daí tirarmos nossas conclusões.

O fato é que das ações políticas adotadas pelo governo municipal de Bom Jesus, nos períodos entre 2000 a 2008, o grande destaque ficou por parte das inúmeras obras de açudagem para o município. Um simples levantamento realizado no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba⁵⁶(TCE-PB) nos mostrou que no período de 2003 a 2008, o governo municipal de Bom Jesus registrou as obras de 26 açudes para a zona rural deste município. Em alguns registros do TCE-PB, a administração municipal justifica que esses açudes são destinados ao abastecimento de água para a população e para os animais, além de viabilizar a agricultura irrigada.

Ao adicionarmos a esses números, os anos de 2000 a 2002, alcançaremos a surpreendente quantidade de cerca de 30 açudes registrados junto ao TCE-PB, não se tratam de registros de projetos, são obras de açudagem. Além de poços artesianos, barragens e 50 cisternas⁵⁷ para a zona rural do município. A título de comparação dentro do contexto da política de açudagem no nordeste, analisando a tabela 2.1, veremos, como anteriormente citamos, que em todo o estado da Paraíba, o DNOCS construiu cerca de 43 açudes, a administração pública municipal de Bom Jesus registrou as obras de cerca de 30 açudes.

Esse espantoso número de açudes de pequeno porte possuem baixa capacidade de armazenamento de água, como verificamos *in loco*, todas essas obras foram registradas pelo Governo Municipal na zona rural de Bom Jesus. Mesmo esses açudes não tendo sido concluídos, indiscutivelmente captaram vultosos recursos dos cofres públicos da prefeitura municipal e das esferas Estadual e Federal, que firmaram convênios com o Governo Municipal, para disponibilização de recursos financeiros, necessários à execução de algumas dessas obras.

Para termos uma amostra do volume dos recursos financeiros captados para essas obras, ressaltamos que dos meses de junho de 2007 a dezembro de 2008, a administração municipal de Bom Jesus registrou no TCE-PB as obras de 18 açudes, além da perfuração de

⁵⁶ O site do TCE-PB <www.tce.pb.gov.br> disponibiliza dados sobre as contas dos municípios do estado a partir dos anos de 2003 a 2009.

⁵⁷ Licitação nº 00008/2005 referente às 50 cisternas, valor das obras R\$ 50.000 reais. Se dividirmos os recursos destinados a construção dessas cisternas pela quantidade das mesmas, veremos que cada cisterna custou mil reais para os cofres da prefeitura. Fonte: Disponível em <www.tce.pb.gov.br> acessado em junho de 2009.

poços tubulares neste município. O valor de apenas três⁵⁸ desses 18 açudes alcançou a importância de R\$ 407.274,00 reais. Cada um desses três açudes custou em média R\$ 135.758,00 reais para os cofres públicos.

Podemos complementar esse numerário com mais três açudes construídos em diferentes anos. Um registrado em 2003, no sítio Umari II⁵⁹, em convênio com o Ministério de Recursos Hídricos, no valor de R\$ 213.989,98 reais; o segundo no sítio Escurinho⁶⁰, em 2004, no valor de R\$ 140.512,00 reais e o terceiro registrado no sítio Logradouro/Trapia do Jota⁶¹ em 2006, no valor de R\$ 148.137,42 reais. Na foto 2.1 podemos observar o porte de um dos açudes citados, construído pela Prefeitura Municipal, localizado no sítio Forno Velho em Bom Jesus, e que custou R\$ 140, 823,70 reais.



Foto 2.1: Açude construído pela Prefeitura Municipal no sítio Forno Velho.
Foto: Leandro G. Moraes, novembro de 2009.

Ao leitor, sugerimos que observem nos dados licitatórios, que na mesma localidade o sítio Umari, foi registrado no TCE-PB as obras de construção de dois açudes. Esse sítio está apenas alguns poucos quilômetros do açude Lagoa do Arroz e já possuía um açude de pequeno porte, o qual tem capacidade para abastecer toda a população local. Ao somarmos os

⁵⁸ Um açude no sítio Forno Velho, licitação nº 00011/2008, valor da obra R\$ 140.823,70 reais; um segundo açude no sítio Timbaúba, licitação nº 00014/2008, valor da obra R\$ 130.529,50 reais e o terceiro no sítio Umari, licitação nº 00012/2008, no valor de R\$ 135.922,00 reais. Fonte: Representação da Câmara Municipal de Bom Jesus-PB ao Ministério Público do Estado. Processo nº 05473/09. Cedido pela vereadora Francisca (Neide) Gonçalves.

⁵⁹ Licitação nº 00001/2003. Fonte: Disponível em <www.tce.pb.gov.br> acessado em junho de 2009.

⁶⁰ Licitação nº 00010/2004. Fonte: Disponível em <www.tce.pb.gov.br> acessado em junho de 2009.

⁶¹ Licitação nº 00005/2006. Fonte: Representação da Câmara Municipal de Bom Jesus-PB ao Ministério Público do Estado. Processo nº 14902/07. Cedido pela vereadora Francisca Gonçalves da Silva.

valores apenas desses três últimos açudes citados, teremos um gasto nessas obras mais de R\$ 502.638,00 reais.

Dentro deste contexto, aglomeramos volumes maiores. Para termos uma visão mais ampla dessa açudagem, calculemos os valores dos 26 açudes e 02 barragens registradas pela administração municipal de Bom Jesus no TCE-PB dos anos de 2003 a 2008, com ênfase no ano de 2008 com o registro de 13 açudes. O total de recursos captados pela prefeitura do município para essas obras contemplou quase quatro milhões de reais (R\$ 3.772.171.64,00)⁶².

Conforme nos asseveram Gomes e Mac Dowell (2000, p.14 apud BEZERRA, 2006, p. 44) “os municípios muito pequenos, especialmente os do grupo com até 5 mil habitantes (micromunicípios), dispõem de mais recursos financeiros *per capita* do que quaisquer outros”. Se observarmos o gráfico 2.2, que traz a evolução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Bom Jesus, no período de 2000 a 2008, veremos que o valor de recursos que a prefeitura municipal destinou a açudagem supera a soma do FPM dos anos de 2000 e 2002. Outra comparação nos mostra que esses recursos foram superiores ao FPM do município nos últimos oito anos. Ressaltamos que o FPM de Bom Jesus não registrou quedas nesse período analisado.



Gráfico 2.2: Evolução do FPM do município de Bom Jesus nos últimos oito anos. Fonte: disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp> acessado em dezembro de 2009, elaborado pelo autor.

Os registros feitos pela administração municipal Bom Jesus dessas obras de açudagem no TCE-PB são demasiadamente grosseiros, são açudes e mais açudes. Para termos uma amostra de como os mesmos são consignados, junto ao órgão fiscalizador estadual, no

⁶² Fonte: disponível em <www.tce.pb.gov.br> acessado em outubro de 2009.

dia 03 de novembro⁶³ de 2008, foi registrado o início de cinco obras de açudes sem especificação de localidade. Em 01 de dezembro de 2008 foi novamente registrado o início das obras de mais cinco açudes, igualmente sem especificação da localização das mesmas no município.

Os resultados dessa política foram tão negativos que os mesmos jamais foram apresentados ao público pela Administração Municipal. Portanto, para termos uma idéia da péssima aplicação desses recursos em açudagem, apenas a soma dos valores dos seis açudes, anteriormente citados, com suas devidas licitações, chega ao total de R\$ 909.912,00 reais.

Caso fossem, efetivamente aplicados em obras infra-estrutura para o distrito São José ou para a cidade, esta soma seria suficiente para realizar a pavimentação, com rede de esgoto⁶⁴, de 10 ruas⁶⁵ no distrito São José. Um total de mais de 33.500 m² de ruas pavimentadas com rede de esgoto implantada. Essa obra demandaria cerca de R\$ 816.132,00 reais, valor abaixo dos seis açudes citados.

Ainda, assim, restaria um montante de R\$ 93.780,00 reais, suficientes para construir uma pequena creche no distrito São José ou uma praça. Essas poucas ações se realizadas, promoveriam visíveis níveis de transformações no espaço desse distrito, constituindo, quem sabe, para a melhoria da qualidade de vida. Para nós estes açudes não possuem nenhuma notória utilidade.

Na foto 2.2 podemos contemplar mais um açude dos açudes citados, construído pela Prefeitura Municipal no sítio Timbaúba neste município, nesta obra gastos R\$ 130.529,50 reais. É importante enfatizarmos que tanto esse açude fotografado, quanto o anterior, no sítio Forno Velho, estão na mesma área, muito próximos e de difícil acesso. As águas destes açudes como declarou um morador do local, servem apenas para consumo animal.

⁶³ Vamos cogitar dois fatos: as eleições municipais foram realizadas em 05 de outubro de 2008 e o aniversário de emancipação do município é realizado no dia 05 de novembro, sendo tradicionais as festas em alusão a data.

⁶⁴ Com base na obra de implantação da rede de esgotos na sede do município. Obra no valor de R\$ 138.432,74 reais. Licitação nº 00018/2006. Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jesus-PB. Documento cedido pela vereadora Francisca Gonçalves da Silva.

⁶⁵ Com base na obra de Pavimentação de 3.350 m², na Rua Firmino Brito, bairro Asa Branca na cidade de Bom Jesus. Obra no valor de R\$ 67.770,00 reais. Licitação nº 000559/2001. Fonte: Nota de empenho da obra, cedida pela vereadora Francisca Gonçalves da Silva.

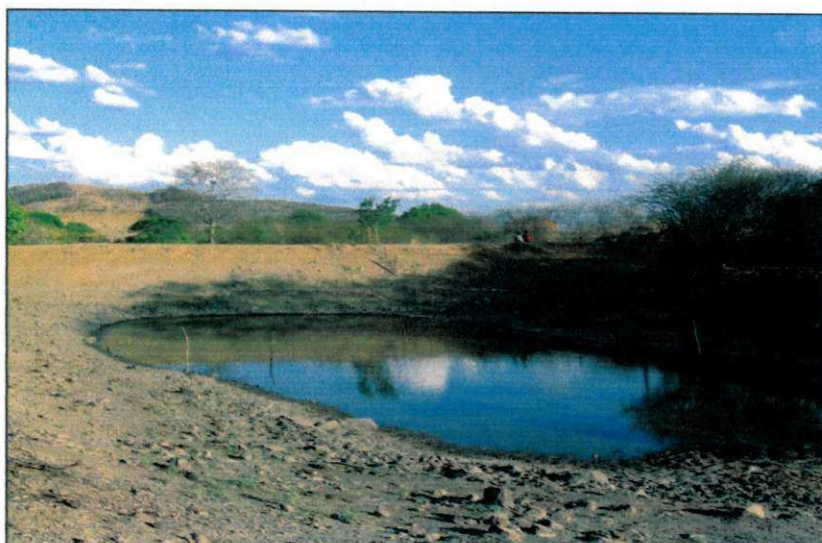


Foto 2.2: Açude construído pela Prefeitura Municipal no sítio Timbaúba.
Foto: Leandro G. Moraes, novembro de 2009.

Após uma reflexão crítica em torno dessas obras de açudagem, registradas pelo governo municipal de Bom Jesus no TCE-PB, podemos concluir que, a exemplo do que ocorreu a nível regional, a política de açudagem nesse município foi desenvolvida com a finalidade de captação de recursos. Ou seja, igualmente realizada nos moldes das antigas ações, que no passado possibilitaram o enriquecimento das elites políticas do Nordeste, até fins do século XX.

Bom Jesus é um município muito pequeno, com apenas 47,42 km², e, se todas estas obras de açudagem tivessem sido realmente concretizadas, conforme registradas no TCE-PB, certamente o município estaria com níveis de desenvolvimento mais satisfatórios, especialmente no setor primário. No entanto, é bom lembrarmos que mesmo essa política não tendo sido convertida em obras concretas e palpáveis, os recursos para a realização dessas mesmas foram captados. Certamente por esse fator, Bom Jesus qualifica-se, em todo o estado da Paraíba, como um dos maiores exemplos de política de açudagem, desenvolvidas por iniciativa de um governo municipal.

O açude Lagoa do Arroz poderia, se realizadas ampliações em seu sistema adutor, abastecer todo o município de Bom Jesus. Ao invés de abastecer apenas a sede do município, vê-se que foram totalmente desnecessárias essas obras de pequena açudagem, pois os açudes de pequeno porte não resistem aos períodos anuais de estiagem do Sertão nordestino, como podemos constatar em fotos anteriores. Assim, como tais açudes terão capacidade para abastecer as populações rurais em períodos de prolongadas estiagens? Na foto 2.3 podemos visualizar o açude Lagoa do Arroz, em Bom Jesus, ressaltamos que o mesmo foi construído entre os limites municipais de Bom Jesus e Cajazeiras.



Foto 2.3: Açude Lagoa do Arroz. Fonte: Disponível em <http://www.assecas.org.br/acervo.htm> acessado em dezembro de 2009.

No município de Bom Jesus, pelo menos não contam em registros do TCE-PB, nem um projeto de irrigação nas áreas onde esses açudes foram construídos. A realidade é mais lamentável quando facilmente verificamos *in loco*, que nem mesmo na bacia do açude Lagoa do Arroz, encontramos bons projetos de irrigação, desenvolvidos Governo Municipal de Bom Jesus. Na foto 2.4 podemos observar o canal do açude Lagoa do Arroz, em Bom Jesus, área onde se inicia o mesmo. Precisamos ressaltar que de acordo com Galvão, a obra conhecida por

‘Canal Lagoa do Arroz’, de 12 quilômetros de extensão de canal principal e projetado para transposição de águas do açude Lagoa do Arroz no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, para irrigação de mais de 800 ha de terras nos municípios de Cajazeiras, São João do Rio do Peixe e Santa Helena (distrito de Várzea da Ema) (op. cit. p. 328)

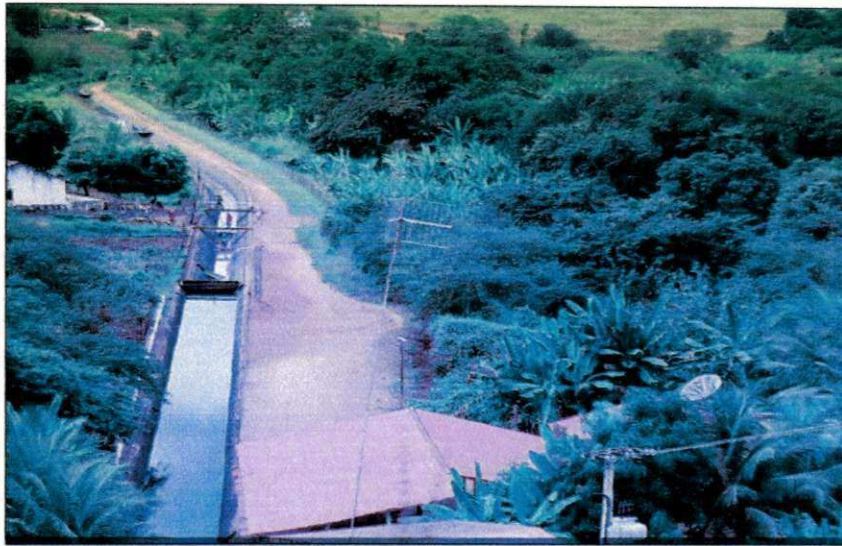


Foto 2.4: Canal do açude Lagoa do Arroz em Bom Jesus. Fonte: Disponível em <<http://bomjesus.pb.gov.br/albuns/ponte/target6.html>> acessado em dezembro de 2009.

A porção da área do açude Lagoa do Arroz, pertencente ao município de Bom Jesus deveria, concomitantemente, com a gestão dos recursos hídricos, a qual é realizada pelo DNOCS, ser reavaliada e reestruturada. Pois, se suas águas fossem dirigidas não só para consumo humano dos munícipes, mas também para ações e projetos voltados para agricultura irrigada, assim como o acontece no perímetro irrigado do açude de São Gonçalo no município de Sousa-PB, Bom Jesus poderia ter um modelo de irrigação bem sucedido, possibilitando o desenvolvimento do setor primário. Certamente teríamos excelentes resultados no setor agrícola do município, que há tempo possui baixa produtividade e vem resignando-se na fomentação da economia do municipal.

2.3 - A aparente letargia do governo municipal de Bom Jesus

Como procuramos mostrar na seção anterior, o governo municipal de Bom Jesus, no período de 2000 a 2008, investiu vultosos recursos públicos em uma desnecessária política de açudagem para o município. Os inúmeros problemas de infra-estrutura, alguns já abordados, e os agravos ao bem estar social, pelo qual padecem a maior parte da população do distrito São José, são questões que trataremos com maior profundidade no próximo capítulo.

A falta de compromisso da administração municipal com a população do distrito São José, nesses últimos oito anos, demonstra-nos, além da ausência de responsabilidade com os recursos públicos do município, as falhas nas ações políticas do governo municipal para seus

municípios. O relato de dona Maria de Fátima⁶⁶, moradora do São José, nos revela um pouco da descrença dos moradores em relação aos trabalhos dos políticos do município.

Para essa senhora “*os políticos não deveriam ficar em suas residências, eles deveriam procurar as necessidades da população*” (*Informação verbal*). Esse coerente relato de dona Maria de Fátima é, de certa forma, o desabafo de quem está cansada da indiferença e da falta de competência para captar recursos de diversos políticos locais, os quais não se empenham em mostrar soluções concretas para os problemas que afligem essa comunidade.

O distrito São José em praticamente todas as eleições municipais elegia seus representantes para compor a Câmara Municipal de Vereadores. Porém, essa representatividade da comunidade em raros períodos cumpriu seu papel em destinar, através da administração pública, ações relevantes para população do São José. Desde as eleições municipais de 2004, nenhum candidato a vereador do distrito São José é eleito pela comunidade.

Para explicar esse fato político nos norteamos novamente aos relatos de dona Maria de Fátima, pois para ela “*os políticos do São José perderam a credibilidade dos moradores locais, por não terem feito um bom trabalho*” (*Informação verbal*). O senhor Carlos Alberto⁶⁷, reafirma as explicações de dona Maria de Fátima e acrescenta, “*graças a Deus não elegemos nenhum vereador do São José [...] não fazem nada mesmo!*” (*Informação verbal*).

A falta de legítimos representantes do distrito São José na Câmara Municipal de Vereadores é um fato lamentável, pois, não favorece em nenhum aspecto esse distrito. Afinal, são os vereadores, pelo menos em tese, os representantes legais do povo e a ponte mais direta com o poder executivo, mas, como percebemos, na maior parte do tempo, estão indisponível para a população carente. A situação de penúria em que se encontra parte da população do São José termina contribuindo para manter um maior controle político sobre a mesma. Na verdade, são os políticos que acabam se beneficiando, com ações clientelistas e paternalistas, especialmente durante as campanhas eleitorais.

A ausência de agentes políticos municipais no distrito São José foi confirmada por 96,7% das famílias arroladas na pesquisa empírica. Quando questionados se vinham muitos políticos no distrito, muitos afirmam que essas visitas só ocorrem em períodos eleitorais, confirmação feita por 100% das famílias entrevistadas. A pesquisa nos revelou, também, que os políticos, vereadores e prefeitos do município, conhecem as privações e os problemas que

⁶⁶ Maria de Fátima de Sousa, professor aposentada. Entrevista prestada em outubro de 2009.

⁶⁷ Carlos Alberto Santos, agricultor, reside no povoado São José a cerca de 6 anos. Entrevista prestada em outubro de 2009.

afligem a população do São José. Estes problemas são retomados e enfatizados nos discursos políticos, especialmente em campanhas a nível municipal, como salienta-nos Galvão,

no que tange aos discursos políticos, é relevante salientar as relações entre a prática política e o discurso, revelando para todos que o discurso não é somente um instrumento de comunicação, mas uma relação que envolve sujeitos, sentidos e efeitos de significações (GALVÃO, 2003, p. 14).

Dessa forma, a permissividade de uma grande parcela da classe política do município de Bom Jesus, ante os diversos problemas do distrito São José, não releva a sua negligência, mas sim, sob uma ótima política, a sua conviência. Pois, num plano maquiavélico, a permanência desses problemas é decididamente necessária para se manter uma reserva permanente de demandas coletivas por assistência social e equipamentos urbanos no São José. Estas demandas alimentam a submissão, o assistencialismo e o clientelismo da população, sobretudo para fins eleitorais. O gráfico 2.3 nos mostra algumas das promessas mais frequentes feitas pelos políticos de Bom Jesus à população do São José, durante as campanhas eleitorais.

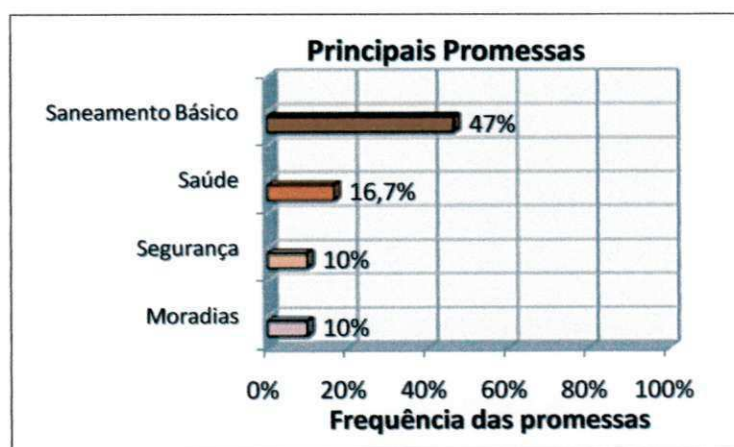


Gráfico 2.3: Promessas mais frequentes feitas pelos políticos à população do São José. Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

As ações políticas do governo municipal de Bom Jesus para o distrito São José, não se limitaram apenas à necessária construção de um posto de saúde⁶⁸ para atender a comunidade e

⁶⁸ Obra no valor de R\$ 146.815,00, iniciada em agosto 2004, concluída apenas em fevereiro de 2006. O posto de saúde passou a funcionar no final de 2008. A obra foi concluída após denúncias da Câmara Municipal de Vereadores contra a administração municipal. O valor integral do contrato da obra foi efetuado apenas dez dias após a celebração do contrato com a empresa. Licitação nº 00008/2004. Fonte: Representação da Câmara

a Lei nº 371/2007, que elevou o povoado a categoria de distrito. Um dos mais graves problemas de infra-estrutura da comunidade, a ausência de rede de esgotos, de acordo com a prestação de contas da administração municipal no TCE-PB, foi solucionada em 2007. As obras “fantasmas” de implantação da rede de esgotos no distrito São José⁶⁹, demandaram recursos na ordem de R\$ 137.507,35 para os cofres públicos. Uma obra com gastos equivalentes a implantação da rede de esgotos na sede do município, como anteriormente citamos.

Na realidade, não existe rede de esgotos no distrito São José, como registrado no TCE-PB pela prefeitura municipal e isso pode ser comprovado *in loco*. A pesquisa empírica realizada na comunidade demonstrou não apenas a ausência da rede de esgotos no local, mas constatamos, também, que 80% das famílias entrevistadas, destinam suas águas de uso doméstico (banheiro e pia) a céu aberto, os demais 20 % escoam as mesmas para as fossas de suas residências.

Essas águas escoadas diretamente nas ruas não pavimentadas do distrito, formam verdadeiras poças de esgotos a céu aberto, que podem contribuir para a proliferação de insetos e de inúmeras doenças infecto-contagiosas como: diarreia, hepatite A, cólera, dengue, etc., que atingem especialmente as crianças. A referida obra da rede de esgotos no São José foi mais uma que entrou no rol dos processos da Câmara de Vereadores de Bom Jesus contra a administração municipal.

Pertinente às obras de saneamento básico para o distrito São José, em 2003, a administração municipal de Bom Jesus registrou no TCE-PB, a construção de 58 kit’s sanitários domiciliares⁷⁰ (fossas e privadas) para algumas famílias carentes deste distrito. Esta ação teve enorme valor social, pois, como nos relatou dona Maria de Fátima, “antes do programa de fossas as pessoas deixavam seus dejetos a céu aberto. Colocavam em sacolas e jogavam nos quintais pelos muros. [...] Um dia um rapaz estava trabalhando no telhado de minha casa e uma dessas sacolas quase batia nele” (*Informação verbal*). Esse repugnante cenário descrito por nossa entrevistada configurava sem dúvidas, como um dos mais degradantes casos de saúde pública do município.

Municipal de Bom Jesus ao Ministério Público Estadual, processo nº 19900/07. Cedido pela Vereadora Francisca Gonçalves da Silva.

⁶⁹ Licitação nº 00017/2007. Fonte: Representação da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus ao Ministério Público Estadual, processo nº 05476/09. Cedido pela Vereadora Francisca Gonçalves da Silva.

⁷⁰ Licitação nº 00010/2003, valor das obras R\$ 86.000 reais. Em convênio como Ministério da Saúde através da FUNASA. Fonte: disponível em <www.tce.pb.gov.br> acessado em junho de 2009.

Segundo os depoimentos de alguns moradores do distrito e a averiguação *in loco*, alguns desses kits sanitários nunca chegaram a ser instalados, outros jamais foram concluídos. Nossa pesquisa empírica demonstrou que 10% das residências arroladas, ainda destinam os dejetos domésticos a céu aberto. Portanto, são surpreendentes, sob o aspecto da saúde pública, as péssimas condições de vida em que residia (e muitas ainda residem) até pouco tempo, uma grande parcela da população do São José. São incalculáveis as doenças infecto-contagiosas transmitidas, tornando evidente e necessária, uma eficaz atuação do Governo Municipal para solucionar parte dessa problemática.

Mediante esta análise, podemos concluir que o governo municipal de Bom Jesus nos últimos oito anos, não se manteve inerte no tocante às ações destinadas ao distrito São José. Ao contrário, sua atuação na comunidade foi legalmente registrada nos órgãos fiscalizadores do estado, como o TCE-PB. Entretanto, essas ações direcionadas ao São José estiveram alheias ao bem-estar e desenvolvimento social da população, serviram aos interesses econômicos e políticos de terceiros, os quais detiveram grande parte dos recursos dessas ações.

A visível falta de compromisso do poder público municipal, com a população do São José, não concretizando essas importantes ações, põe em descrédito sua responsabilidade administrativa no referido período. Cabe-nos aqui questionarmos que, se essas ações, não foram planejadas para atender as necessidades da população do São José, quem foram os beneficiários desses recursos públicos? Pois, algumas obras jamais foram executadas como a rede de esgotos, e outras realizadas após pressões da Câmara de Vereadores na justiça como o posto de saúde,

Um dos dados da pesquisa empírica demonstrou que para 66,6% das famílias entrevistadas, as necessidades da população do distrito São José não são atendidas pelos prefeitos do município. Além dessa má avaliação, destacamos que o desempenho do governo municipal, na sede do município nesses últimos oito anos, não obteve resultados positivos concretos a serem aspirados pela população do São José.

Constatamos que nenhuma ação ou política pública do governo municipal de expressivo valor sócio-econômico foi posta em execução nesses últimos oito anos. A pseudo-política de açudagem analisada anteriormente, não trouxe resultados proveitosos para a população do município. O gráfico 2.3 mostra a avaliação das famílias entrevistadas sobre o desempenho dos últimos administradores do município no distrito São José.

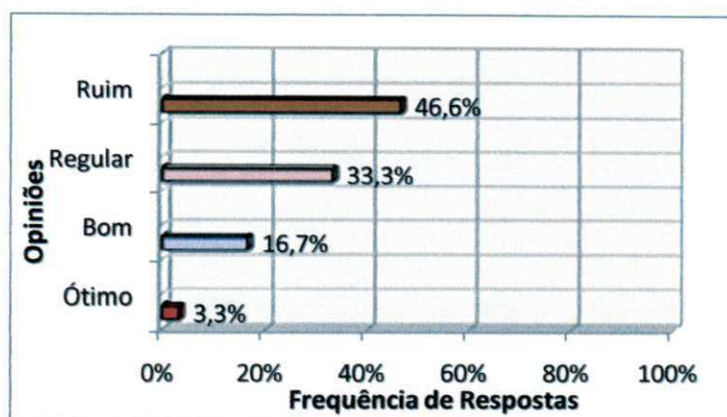


Gráfico 2.4: Avaliação dos moradores do distrito São José sobre o desempenho dos últimos administradores do município na comunidade. **Fonte:** Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

A cidade de Bom Jesus por constituir a sede político-administrativa do município, tem todos os recursos do estado direcionados para a mesma, além disso, possui um fluxo regular e permanente de mercadorias e serviços, e disponibiliza uma melhor infra-estrutura para os mais diversos investimentos, daí é possível obter melhores resultados no tocante ao desenvolvimento sócio-econômico, se comparado ao São José. Ademais, enfatizamos que a PB-420 que corta o distrito São José, poderia proporcionar um grande fluxo de pessoas e mercadorias, mas, no entanto, o distrito caracteriza-se apenas como uma área de passagem desse fluxo.

CAPÍTULO 3 – O distrito São José por dentro: fâcies, trabalho e vida da população

No último capítulo de nossa monografia analisaremos com maior ênfase os resultados obtidos em nossa pesquisa empírica no distrito São José. Demonstraremos nas próximas seções quais são as origens das famílias arroladas, as condições de vida das mesmas, além de suas ocupações e rendimentos.

Adentraremos nas questões mais subjetivas, aquelas que dizem respeito aos desejos e às necessidades dos moradores do São José, compreendendo um pouco mais sobre o seu cotidiano. Analisaremos importantes aspectos internos dessa comunidade como escolaridade e organização política em associação de moradores. Diversos fatores negativos que serão

expostos estão diretamente relacionados aos aspectos da população, sem a influência direta da administração municipal. Avaliaremos como esses aspectos influenciam diretamente nas condições de vida e no desenvolvimento sócio-econômico do São José.

3.1 Considerações sobre a população. Simplicidades e virtudes.

Chegamos ao que podemos considerar a “essência” de nossa pesquisa: o distrito São José por dentro. Serão nestas seções que depositaremos a nossa capacidade de questionar e refletir sobre a condição de vida do outro, suas necessidades, desejos e o seu cotidiano. O fechar dos olhos para os problemas do outro, para muitos se torna mais fácil e cômodo, do que colocar-se em seu lugar e sentir na pele as privações e sofrimentos do próximo.

Alguns dos principais aspectos da população do São José, não expostos nas seções anteriores, serão levantados e analisados nesta seção. Aqui, com base na pesquisa empírica, demonstraremos o São José visto no contexto dos aspectos de seus moradores: as origens, a resistência, as privações; e a “peleja” do dia-a-dia. No decorrer desta etapa da pesquisa, realizada em campo, nos inquietáramos com alguns questionamentos, próprios de quem observava essa comunidade apenas em sua aparência. Indagações tais como: quais são as estratégias de vida e de trabalho dos moradores? Estarão, politicamente, organizados em associações comunitárias para reivindicarem ações do governo municipal? Esses e outros questionamentos pertinentes a população do São José serão respondidas no decorrer deste capítulo.

Há de se enfatizar aqui, a simplicidade da população do São José, revelada em nossa pesquisa de campo, a partir de inúmeros contatos para a aplicação de questionários e de entrevistas, momentos que em que foram estabelecidas conversas informais com os moradores sobre o seu cotidiano. Um povo verdadeiramente surpreendente.

É importante assinalarmos que foram marcantes as inúmeras e valorosas lições de vida, humildade e coragem transmitidas por essa comunidade, a qual em meio à pobreza, às adversidades da seca e a negligência do poder municipal, resistem, como outras comunidades, tipicamente, sertanejas. Assim, a população do distrito São José se revelou, composta por homens, mulheres e crianças, com histórias de vida semelhantes, mas disposta a lutar por dias melhores, especialmente quando devotam suas esperanças no amanhã, na força divina.

Os exemplos da religiosidade e da simplicidade da população do São José são demonstrados na foto 3.1. Uma casa simples, a qual abriga a família de José Laudimiro (José

Bigode), caracteriza bem a fé do sertanejo nordestino nos mais diferentes santos. Este senhor é um homem do campo, assim como a maioria dos chefes de família da comunidade, e sua esposa uma dona de casa.



Foto 3.1: A religiosidade dos moradores do Distrito São José.
Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

No anexo E, observamos diferentes pontos do distrito São José marcados sobre a imagem de satélite do software Google Earth. A delimitação exposta na imagem, o São José de Baixo e o São José de Cima, é utilizada pelos moradores do município. Possivelmente, trata-se de uma delimitação que teve origem no contexto histórico do processo de ocupação dessa área, como buscamos demonstrar no primeiro capítulo.

3.2. Origens e condições de vida dos moradores do São José

Nesta seção buscaremos demonstrar outros importantes dados, não expostos anteriormente, referentes às condições de vida de seus moradores. Alguns questionamentos nos fizeram refletir sobre as origens dos moradores do São José e quais os motivos os levaram a morar nesse distrito, o que de fatos os atraiu. E, ainda, como vivem e em que estão empregados os chefes de família e qual é a média de rendimento das famílias.

As origens do distrito São José foram resgatadas no primeiro capítulo deste trabalho, mas as origens de sua população não foram claramente expostas. Nossa pesquisa empírica procurou explorar essa questão, por meio dos entrevistados, para podermos compreender o porquê da feição rural da comunidade e de certos costumes verificados *in loco*, já que esta feição é bem visível neste distrito.

Observamos que é comum algumas famílias criarem, nos quintais de suas residências, animais como galinhas, patos e porcos. Em algumas residências observamos que as pessoas convivem com a presença desses animais dentro de suas casas, sem nenhum receio. Consoante às limitações da área, essas famílias também desenvolvem algum tipo de agricultura em seus quintais, geralmente pequenos canteiros de hortas, além outras peculiaridades que caracterizam um estilo de vida tipicamente rural. De modo geral, estes animais destinam-se ao consumo e, como menor frequência, à venda.

É necessário, lembrarmos, como já citado no primeiro capítulo, que o IBGE classifica os povoados, categoria que se enquadraria o São José, se a Lei Municipal nº 371/2007 não tivesse sido sancionada, como zonas rurais – mesmo que apresentem alguma feição urbana e este não é o caso do distrito São José. Aquelas áreas que possuem um aspecto rural tanto em sua infra-estrutura, como em suas atividades econômicas, dentre as quais predominam as atividades ligadas ao setor primário, como a agricultura.

A pesquisa empírica revelou que 63,3% dos chefes de famílias entrevistados nasceram nas zonas rurais dos municípios que fazem limites com Bom Jesus, sendo que proporcionalmente, 26,6% dos entrevistados são naturais do município de Cajazeiras, esse percentual não corresponde apenas às zonas rurais deste município. Foi apontado que 16,7% dos entrevistados nasceram no município de Cachoeira dos Índios, especialmente no sítio Laranjeiras, e 6,6% nasceram no município de Ipaumirim, estado do Ceará. Uma parcela de 13,3% dos chefes de famílias entrevistados é natural do distrito São José, a cidade de Bom Jesus não foi citada nesse item da pesquisa.

É bom lembrarmos, como expomos no primeiro capítulo, que de acordo com os dados de IBGE⁷¹ (2000), cerca de 63,03% da população do município residia na zona rural e apenas 36.97% tinha residência na zona urbana. Estes dados caracterizam Bom Jesus como sendo um município predominantemente rural. A exposição destes dados não significa que assinalamos uma dicotomia entre o urbano e o rural, pois admitimos que o “urbano e o rural longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta” (CARLOS, 2004, p. 131 apud SOBARZO, p.53). Isto porque, mesmo na cidade de Bom Jesus, é possível observarmos um cotidiano que mais se aproxima dos costumes rurais, do que de uma sociedade propriamente urbana, muito embora haja o “status” de cidade.

Neste contexto, “o urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 1991b, p. 49 apud SOBARZO, p. 58). Assim, é muito comum para quem vive na cidade, considerar-se como um cidadão e não como uma pessoa de costumes rurais. Muitas vezes, o morador da zona rural é tomado como sinônimo de atrasado, “matuto”. A foto 3.1 mostra não somente a precariedade da habitação, mas, também, as características rurais, evidenciadas no interior de uma casa de taipa, onde os moradores convivem com pássaros e galinhas dentro da humilde residência.



**Foto 3.1: Interior de uma das casas de taipa do distrito São José.
Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.**

⁷¹ Disponível em <www.ibge.gov.br> junho de 2009.

Os principais fatores mencionados pelos entrevistados que os motivaram, com exceção dos naturais do São José, a procurarem esse distrito foram às oportunidades de trabalho no campo para 10% dos entrevistados e o fator habitacional, apontado por 13,3%, pois, possivelmente, no distrito teriam uma maior chance de adquirirem a casa própria. Os problemas familiares em outros municípios foram citados por 10% dos entrevistados e, para 26,6% das famílias entrevistadas, a opção por mudar de cidade, sem justificativas esclarecidas, foi o fator responsável pela mobilidade das mesmas.

Como anteriormente mencionamos, parte da população do São José padece com os mais diversos problemas sociais e de infra-estrutura, relacionados diretamente a baixa renda per capita das famílias e a pouca atuação do poder municipal no distrito. Dos domicílios pesquisados, 66% estão sobre responsabilidade de homens e 33,4% de mulheres, sendo que 43,3% dos responsáveis pelos domicílios são agricultores aposentados. Os agricultores ativos, chefes de famílias, representam 13,3% dos entrevistados, na mesma proporção 13,3% estão os chefes de famílias empregados na empresa Cerâmica Laranjeiras. As demais profissões como: pedreiro, comerciante, merendeira, dentre outras, correspondem às ocupações dos demais 30,1% dos entrevistados.

Os levantamentos realizados pelo Banco Mundial no Brasil, em 2002, revelaram que “os pobres representariam 32% da população, ou seja, 54 milhões de habitantes, recebendo uma renda mensal por pessoa de 176,23, o que conduz ao paradoxo de considerar rica uma família que recebe uma renda acima de R\$ 700,00” (VALLA, 2005, p. 54). De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD)⁷², a renda per capita do município de Bom Jesus, em 2000, era de cerca de R\$ 497,00 reais. É pertinente esclarecermos que

a renda per capita é apenas um indicador teórico, baseado na relação entre o Produto Interno Bruto [PIB] municipal e o total populacional. Esse indicador não é representativo da realidade socioeconômica vivenciada pela população local, pois não reflete a distribuição de renda (BEZERRA, 2006. p. 123).

Os levantamentos de nossa pesquisa empírica mostraram que o rendimento médio mensal das famílias pesquisadas no São José é superior a um salário mínimo⁷³, cerca de R\$ 597,00 reais. Analisando o gráfico 3.1, podemos constatar que a maior parte das famílias arrolados na pesquisa, cerca de 80% ganham de 1 a 2 salários mínimos e 3,3% recebem de 3 a

⁷² Disponível em <http://www.pnud.org.br> acessado em junho de 2009.

⁷³ O salário mínimo equivale a R\$ 465,00 reais.

4 salários. Mas 16,6% das famílias pesquisadas possuem renda inferior a um salário mínimo por mês.



Gráfico 3.1: Rendimentos das famílias entrevistadas no distrito São José. Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

Assim, podemos concluir, a partir da análise dos dados, que não há uma realidade econômica homogênea no distrito São José. Como analisamos, no primeiro capítulo deste trabalho, os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bom Jesus (2006), mostram que cerca de 82 famílias do São José são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal. Das trinta famílias pesquisadas em nosso trabalho, 11 declararam ser beneficiadas por programas do Governo Federal, em geral Bolsa Família.

Outro dado de nossa pesquisa demonstrou que, em média, cada uma das famílias entrevistadas era constituída por quatro membros, comumente com um ou dois aposentados na residência. A presença de familiares aposentados na maioria das residências do São José é um dos fatores responsáveis pelo rendimento mínimo da maior parte das famílias pesquisadas. As conversas com as famílias de baixa renda revelaram o papel fundamental desses aposentados na subsistência e custeio das despesas do domicílio. Desta foram, evidenciamos que são os homens e as mulheres aposentados ou pensionistas que frequentemente fornecem os mantimentos básicos das famílias de baixa renda no distrito São José.

3.3. Um olhar sobre os problemas sócio-econômicos do distrito São José: fatores internos

Por intermédio da nossa pesquisa empírica, buscamos compreender os diferentes aspectos da população do distrito São José. Procuramos, sempre de modo coerente, refletirmos sobre as análises e interpretações dos dados levantados, dados que nos forneceram

o suporte necessário para traçar o perfil sócio-econômico dos moradores desse distrito. Além dos dados quantitativos, os quais estão sendo apresentados por meio de tabelas, quadros e gráficos, os relatos e conversas com os moradores do São José foram essenciais para conhecermos suas necessidades e subjetividades.

Ao longo deste trabalho levantamos inúmeros aspectos negativos do distrito São José, especialmente no que diz respeito à infra-estrutura do distrito. Assim, ao demonstra-los, seria de se esperar que a maioria das famílias que reside lá seja por falta de alternativas e que as mesmas sairiam do local na primeira oportunidade promissora que tivessem. A realidade é que 86,6% das famílias entrevistadas na pesquisa afirmaram que gostam de morar no distrito São José, sendo que apenas 13,3% relataram que não gostam do distrito.

Outro dado demonstrou que 56,7% das famílias não têm interesse em sair do São José. Um percentual de 40% manifestou o desejo de sair do distrito para outro lugar. Dentre os principais fatores alegados pelos entrevistados que os motivariam deixar o São José, estão: a busca por melhores condições de vida indicado por 13,3% dos entrevistados, os quais manifestaram o desejo de sair do distrito, em função das dificuldades econômicas; e o desemprego, apontado por 10% dos entrevistados.

O destino apontado por 10% das famílias que demonstraram interesse em deixar o São José seria a cidade de Cajazeiras. Apenas 6,6% dos entrevistados se deslocariam para a cidade de Cachoeira dos Índios. Os demais, cerca de 23,4% das famílias, iriam para cidades como Ipaumirim e Juazeiro do Norte, ambas no estado do Ceará, e a capital paraibana João pessoa. A cidade de Bom Jesus não foi citada por nenhum dos entrevistados, o que demonstra de certa forma, o baixo poder de atração que esta cidade exerce sobre a zona rural.

O São José localiza-se a cerca de 10 km da cidade de Cajazeiras, um fator que poderia influenciar diretamente no processo de desenvolvimento econômico do distrito, pelo menos, a nosso ver, de duas formas. A primeira, diz respeito diretamente a essa proximidade, pois como Cajazeiras é um centro subregional e, centro de zona de sua microrregião, poderia possibilitar, em longo prazo, o crescimento populacional no distrito, já que uma parte do território do São José pertence a esse município. Logicamente que crescimento populacional não significa crescimento econômico, mas um aumento na demanda por bens e serviços no São José, decorrente de um incremento na população, possivelmente impulsionaria o crescimento do setor terciário no distrito, especialmente o comércio.

A segunda, vista sob outra perspectiva, ainda no que diz respeito a essa proximidade, observamos que das famílias do distrito adquirem suas mercadorias básicas e ou mais

sofisticadas, bem como os seus serviços no comércio de Cajazeiras, deixando por lá, a maior parte de seus rendimentos. Assim, percebemos como consequência disso, o baixo desenvolvimento desse setor no distrito São José e a crise ou falência do pequeno comércio local, o qual é constituído, principalmente, por pequenas mercearias e mercadinhos. Isto, de certa forma, reflete a carência de empregos no distrito e o desenvolvimento de atividades terciárias, mantendo o setor primário como a base que alicerça a economia.

Nossa pesquisa revelou, ainda, que cerca de 40% das famílias entrevistadas no São José gastam a maior parte de sua renda mensal no próprio distrito, especialmente no comércio. Para 26,6% das famílias é, sobretudo no comércio da cidade de Cajazeiras, onde é gasto a renda das mesmas. Outras cidades como Cachoeira dos Índios foram citadas por 20% dos entrevistados e Bom Jesus é apontada por 13,3% das famílias como destino da maior parte de suas rendas.

Estes dados são justificados, também, pela maior proximidade e pela facilidade de transporte, garantindo uma maior acessibilidade para as duas, tanto Cajazeiras, como Cachoeira. É importante, lembrarmos, também, que tanto Cachoeira, como Bom Jesus, são cidades polarizadas por Cajazeiras e não oferecem a mesma diversidade de bens e serviços que este centro subregional disponibiliza.

A partir dessa análise quantitativa percebemos um pouco da influência que a proximidade da cidade Cajazeiras exerce sobre a economia do distrito São José. Essa influência na economia, embora atualmente aparece em nossos dados de certa forma pouco expressiva, certamente foi mais intensa em outros períodos históricos. Isto porque, os dois principais mercadinhos existentes em São José, onde atualmente as famílias fazem suas compras, foram instalados recentemente no distrito. Ou seja, isso pode nos indicar que, anteriormente, os moradores tinham que, obrigatoriamente, se deslocar para adquirir seus bens e serviços básicos.

Outro aspecto relevante que pode influenciar direta e negativamente o desenvolvimento local do São José é o baixo grau de escolaridade de sua população. Desenvolvimento este, que, segundo Sousa (2003), deve ser analisado com base em questões pertinentes a “melhoria da qualidade de vida e justiça social, as quais devem ser construídas através do que, individual e coletivamente, as pessoas reconhecem como a satisfação de suas necessidades e desejos, no plano pessoal e social (apud BEZERRA, op. cit. p. 46)”.

No primeiro capítulo deste trabalho enfatizamos que 31,8% da população do município de Bom Jesus é analfabeta. A taxa de moradores que se declararam analfabetos, no

distrito de São José, atinge 40% dos entrevistados, dado que se revela preocupante, porque se reflete diretamente nas condições de vida e no desenvolvimento da população do São José.

Os responsáveis pelos domicílios que possuem o ensino fundamental incompleto correspondem a 46,6% dos entrevistados. Analisando esses dados percebemos que o atual quadro de baixa renda per capita e de problemas habitacionais, os quais atingem grande parte dos moradores do São José, dificilmente será alterado em curto prazo.

Mesmo que governo municipal invista em infra-estrutura e na geração de emprego e renda para o distrito, as altas taxas de analfabetismo e o elevado percentual de moradores que possuem apenas o ensino fundamental incompleto impossibilitaram àqueles, em idade produtiva, de concorrer à vaga no mercado de trabalho. O gráfico 3.2 mostra o nível de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios pesquisados no São José.

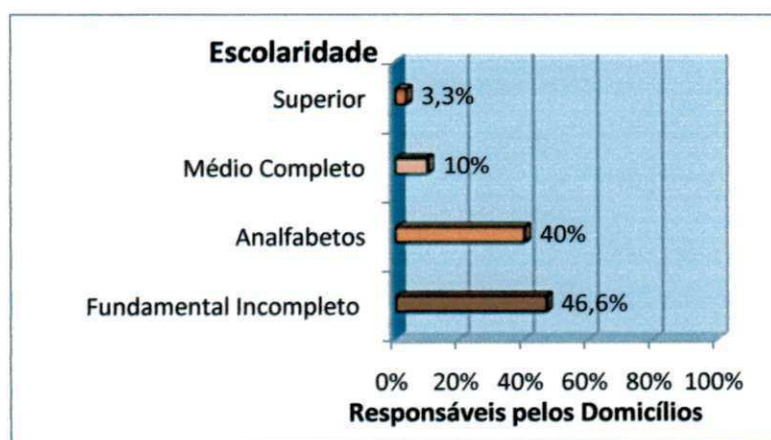


Gráfico 3.2: Nível de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios pesquisados. Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

O atual mercado de trabalho encontra-se demasiadamente competitivo e fechado para a mão-de-obra não qualificada, especialmente aquela que não domina as novas ferramentas do mundo globalizado, notadamente a informatização das empresas e serviços. Dessa forma, “na fase atual da economia, ser desinformado equivale a estar desarmado diante das mudanças tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um” (SANTOS, op. cit. p, 86). A irreversível globalização da economia elimina de modo desumano a mão-de-obra não especializada do mercado de trabalho. Assim, restarão, para a mão-de-obra excedente, ocupações e subempregos informais com altas jornadas de trabalho e baixos salários.

Outro notável aspecto negativo, que está diretamente relacionado à baixa instrução escolar de grande parte da população do São José, é o habitacional. Não se tratam de

ocupações irregulares no distrito ou especulações imobiliárias que elevam os valores da desejada casa própria. Aliás, é pertinente ressaltarmos que 80% das famílias entrevistadas residem em casas próprias. Abordaremos a precariedade, verificada *in loco*, de algumas casas do distrito São José.

No que diz respeito às condições de moradia, constatamos no São José a existência de algumas casas que não oferecem as condições básicas de infra-estrutura, necessárias para garantir, com dignidade, a vida das famílias residentes. Assim encontramos casas com portas, banheiros, teto e paredes comprometidos, em péssimas condições conservação, construções em taipa etc, as quais comprometem a qualidade dos moradores. Uma infeliz realidade que afeta algumas famílias do distrito, e que colocam em risco não apenas a segurança das mesmas, mas a saúde e a própria vida dos membros das famílias.

Na foto 3.2, podemos observar as precárias condições habitacionais de uma das residências do distrito São José. Nesta casa reside uma família constituída por oito membros, sendo seis crianças (uma delas está na foto) e dois adultos, a única renda da família provém do Programa Bolsa Família. A residência não possui banheiro concluído, embora esta família tenha sido incluída no Programa de Fossas da prefeitura municipal em 2003, as portas estão aos pedaços e as paredes possuem fissuras.

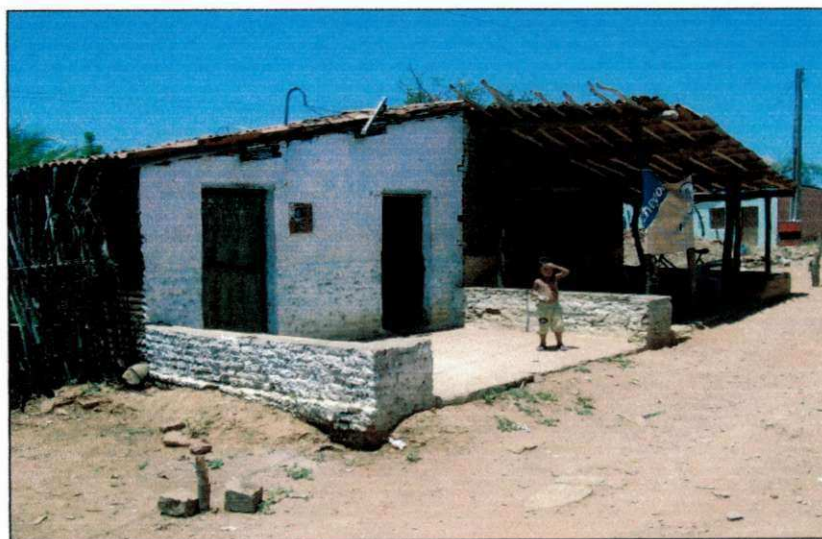


Foto 3.2: A Precariedade de uma das residências do distrito São José.
Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

É possível encontrarmos no distrito São José pelo menos três casas de taipa, sendo que em duas delas residem famílias de baixa renda, que ainda não tiveram, por ação do governo municipal, suas casas de taipa substituídas por casas de alvenaria. Em geral, os recursos para a

substituição dessas residências são provenientes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁷⁴, que atua em convênio com os governos municipais para a realização desses tipos de obras habitacionais.

A existência de casas de taipa constitui não apenas um problema habitacional, mas configura-se em ameaça à saúde pública, pois são focos de reprodução e proliferação de insetos transmissores de patogêneses como pulgas e barbeiros, estes últimos portadores do *Trypanosoma cruzi*, microrganismo que causa a doença de Chagas.

[...] Os barbeiros adentram as habitações humanas, onde proliferam enormemente nas coberturas de sapê e folhas de palmeiras dos barracos, casas de pau-a-pique e nas rachaduras das paredes e tetos. Suas fezes “chovem” sobre os habitantes (e sobre alimentos, panelas e depósitos de água destampados). De noite saem de seus esconderijos para sugar o sangue de suas vítimas, em cuja pele ou mucosa, perto da picada, depositam suas fezes, que contêm o *Trypanosoma cruzi* (transmissão vetorial). [...] Quando a vítima esfrega o olho ou coça a pele, as fezes são introduzidas na corrente sanguínea pela mucosa ou a minúscula lesão da picada, ou qualquer outra (por exemplo, picada de mosquito)⁷⁵.

Constituem um risco à saúde pública, pois não afetam apenas das pessoas que residem neste tipo de habitação, mas a população em geral, especialmente em uma pequena área, como o São José. Em casas de taipa, esses insetos se reproduzem com maior rapidez, podendo causar epidemias, por exemplo. Na foto 3.3 observamos duas casas de taipa no distrito São José. Essas casas abrigam famílias com crianças, como a que aparece na imagem, e idosos. São evidentes os inúmeros riscos, especialmente à saúde, que essas famílias estão sujeitas ao residirem em habitações com tamanha precariedade.

⁷⁴ No âmbito da Engenharia de Saúde Pública, a FUNASA atua na promoção à saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, especialmente em municípios de pequeno porte e em áreas indígenas. Fonte: disponível em <http://www.funasa.gov.br> acessado em dezembro de 2009.

⁷⁵ A infecção aguda aparece 8-10 dias após o contágio, dura de alguns dias até 8 semanas, e extingue-se espontaneamente. Começa com febre alta, contínua (2 a 5 dias), dores generalizadas, fígado, baço e gânglios linfáticos (ínguas) aumentados; taquicardia, miocardite, e outros sintomas. Fonte: disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2005/ju287pag02.html acessado em dezembro de 2009.



Foto 3.3: Casas de taipa do São José. Foto: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

Comumente pequenos distritos, como o São José, possuem associações comunitárias onde seus moradores se organizam politicamente para reivindicarem dos órgãos competentes e dos governos municipal e estadual, soluções para os problemas que afligem os moradores. A existência de uma associação comunitária no São José foi confirmada por 83,3% dos entrevistados em nossa pesquisa empírica. Mas apenas 30% dos mesmos afirmaram que participam frequentemente das reuniões da associação para discutirem os problemas que afetam sua área e 96,7% afirmaram que nunca receberam nenhum benefício dessa associação.

A ausência de associações comunitárias bem estruturadas, politicamente organizadas e que atuam com a efetiva participação e apoio da população do São José é outro fator negativo para esse distrito. Na visível falta de legítimos representantes políticos, eleitos pelo voto do distrito, para defender os interesses da população na Câmara de Vereadores do Município, seriam as associações de moradores que exerceriam esse importante papel. Ressaltamos, pois, que na ausência de legítimos representantes políticos,

a participação na gestão da coisa pública, enquanto corretivo das limitações da democracia representativa, possibilita, pelo menos em tese, o engajamento da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle das ações governamentais e dos negócios públicos (JACOBI, 2002, p. 13 apud BEZERRA, op. cit. p. 35).

Uma associação forte e atuante seria a representatividade política que falta no São José para exigir da administração municipal de Bom Jesus, ações que atendam as necessidades do

distrito e não aos interesses políticos de terceiros. Haja vista, que nos últimos oito anos o governo municipal atuou de modo a atender interesses políticos subjetivos da administração municipal, como demonstramos no capítulo anterior.

É pertinente abordarmos quais são os principais problemas que afetam o distrito São José de acordo com seus próprios moradores. Ao longo deste trabalho, enumeramos nas nossas análises diversas necessidades e problemas dessa área, sem, até o momento, aprofundarmos sobre a apreciação dos moradores do distrito. Ou seja, quais são os principais problemas e necessidades demandados, no dia-a-dia, pelos moradores do São José?

De acordo com nossa pesquisa empírica, pedimos a nossos entrevistados que destacassem pelo menos três dos maiores problemas do distrito São José, para 71% dos moradores entrevistados, o maior problema do distrito é a falta de saneamento básico, notadamente água de qualidade e pavimentação das ruas. A segurança no distrito foi apontada por 20% dos entrevistados como o segundo mais grave problema da comunidade, como ressaltamos no primeiro capítulo, não existem postos de policiamento no distrito. Em terceiro lugar, citado por 5% dos nossos entrevistados, destaca-se o setor da saúde.

Muito embora seja um distrito pequeno, onde há uma convivência quase que familiar entre seus moradores, a questão da violência pode ser justificada pelo fato deste distrito está localizado as margens de duas movimentadas rodovias: BR 230 e PB 420, nas quais o fluxo predominante ocorre entre os estados da Paraíba e do Ceará. O gráfico 3.2 apresentam os principais problemas do São José de acordo com os moradores entrevistados.

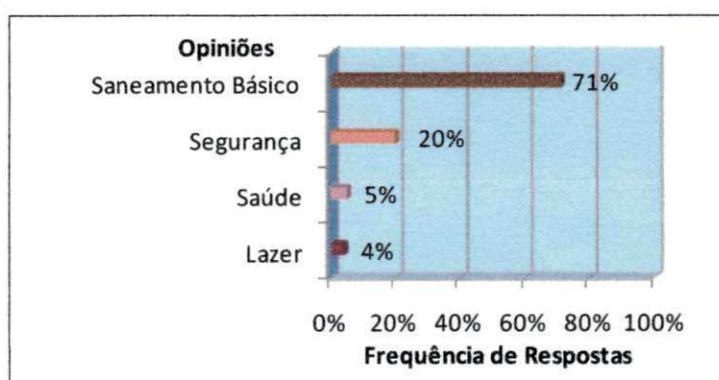


Gráfico 3.3: Principais problemas do São José de acordo com a população. Fonte: Pesquisa direta do autor, outubro de 2009.

Não menos importante que os problemas já apresentados, destacamos, também, a demanda por uma área de lazer apontada por 4% dos entrevistados. A lamaceira dos esgotos, o grande fluxo de veículos nas rodovias que cruzam o distrito, a falta de calçamento e,

sobretudo a ausência de praças são fatores que limitam ou mesmo impedem as brincadeiras de corre-corre, de recreação, de jogos de bola nas ruas, especialmente para um grupo de crianças, entre seis e dezessete anos⁷⁶, que compõe 27% dos moradores do São José.

Se compararmos as necessidades e os problemas do distrito São José citados pela população no gráfico 3.2, com as repetitivas promessas de campanha que sempre são feitas no período eleitoral, pelas elites políticas de Bom Jesus expressas no gráfico 2.3 (capítulo 2), constataremos que a classe política local conhece os problemas do São José e atuam de forma permissiva, sem que haja um engajamento maior para solucioná-los.

A partir do que foi exposto nas seções anteriores e ao longo deste trabalho, podemos concluir que para diversos agentes políticos de Bom Jesus, a permanência dos problemas que afetam a população do distrito São José é de interesse político pra fins eleitorais. Já que esse distrito em 2006⁷⁷ possuía mais de 414 eleitores, números que correspondem acerca de 63% da população do São José e 19% do eleitorado do município⁷⁸.

As ações do governo municipal no período de 2000-2008, analisadas na nossa pesquisa, não atenderam as demandas sociais que se perseveram no distrito São José, assim como os moradores nos relataram e demonstramos ao longo deste capítulo e deste trabalho. As necessárias e emergentes transformações sócio-espaciais que poderiam ter sido iniciadas nesses últimos oito anos pela administração municipal, nesse distrito, foram inumadas pelos interesses econômicos e político-partidários de terceiros. Os vultosos recursos apoderados na contestada política de ajudagem para o município é nosso mais notório exemplo. Esses recursos, valores em milhões de reais, poderiam ter sido destinados ao atendimento das diversas necessidades da população humilde e carente do distrito do São José.

⁷⁶ Com base no gráfico 1.4, da página 46, do primeiro capítulo.

⁷⁷ Com base apenas no gráfico 1.4, da página 46, do primeiro capítulo. Arrolando nesse dado a população do São José a partir de 18 anos.

⁷⁸ Com base nas eleições municipais de 2008, neste ano estavam aptos a votar no município de Bom Jesus 2.200 eleitores. Intrigantemente esse eleitorado representa 98,5% da população do município de cerca de 2.233 habitantes (IBGE 2007). Disponível em <<http://www.tre-pb.gov.br>> acessado em dezembro de 2009.

Considerações finais

Tecer considerações finais acerca do quadro das relações administrativas entre o Governo Municipal de Bom Jesus e seus munícipes, a sede e o distrito São José expostas ao longo deste trabalho, torna-se uma tarefa complexa. Para a análise desses últimos oito anos de relações administrativas entre a cidade e o distrito São José, utilizamos duas perspectivas distintas, desdobradas ao longo do trabalho. Uma relativa aos interesses econômicos e políticos daqueles que controlam a máquina pública municipal e a outro referente às necessidades da população que tem seus direitos usurpados por aqueles que se apossam dessa máquina para interesses individuais.

Como vimos, as ações políticas, realizadas pela administração municipal nesses últimos oito anos de governo, foram limitadas e direcionadas à execução de obras que não reverteram resultados positivos à cidade de Bom Jesus e ao distrito São José. As necessárias políticas públicas que poderiam iniciar as transformações sócio-econômicas e espaciais no São José, para posteriormente serem concluídas por demais administradores, não foram postas em prática nesses oito anos, aliás, as mesmas sequer foram instituídas.

As almeçadas ações do Governo Municipal pelo distrito do São José foram reduzidas nesse período, a obras “fantasmas”, clientelistas e de relações assistencialistas e promessas de campanhas. Persistem os interesses coletivos do distrito por respostas e ações concretas da administração municipal, acerca de seus problemas e suas carências sociais e de infraestrutura locais. Reconhecemos a iniciativa privada da empresa Cerâmica Laranjeiras Ltda., na fomentação da economia do distrito e na inserção de alguns chefes de famílias e jovens do distrito São José no mercado de trabalho, sendo, portanto, importante fonte de geração de empregos e renda para esse distrito, muito embora essa empresa funcione segundo os interesses da lógica capitalista, explorando a mão-de-obra local.

Ademais, precisamos esclarecer que não estamos direcionando todos os problemas sócio-econômicos do distrito São José a má gestão do Governo Municipal, como assim classificou a população local, nesses últimos oito anos analisados em nosso trabalho. O período analisado nos fornece uma amostra da conflitante relação entre os interesses políticos e os interesses da população, entre a sede e o distrito se perpetuam há décadas no cenário político administrativo de Bom Jesus, com perdas maiores para o distrito, o lado mais fraco dessa relação.

O município de Bom Jesus tem pouco mais de quatro décadas de emancipação política, ao longo de sua breve história política praticamente os mesmos grupos políticos de administradores se alternaram no poder⁸⁰. Essa alternância contribui para manter as ações da administração municipal limitadas, tanto para a cidade quanto para o distrito São José, sem que haja grandes conflitos e resistências por parte de grupos de oposição. Assim, mantêm-se os arcaicos métodos de interesses clientelistas, cooptando a população. Historicamente, esses métodos acarretam diversos problemas notórios no município, como o não efetivo desenvolvimento social e econômico, mantendo os moradores em condições não dignas de moradia e de reprodução de suas estratégias de sobrevivência, especialmente os moradores do distrito de São José.

⁸⁰ As famílias Gonçalves e Brito administram o município de Bom Jesus-PB desde de 1972.

Referências

- ARAÚJO, Luciana Meideiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira**. Dissertação (Mestrado em Geografia), João Pessoa, UFPB, 2006.
- BEZERRA, Josineide da Silva. **O território como um trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (Anos 1990)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), João Pessoa, UFPB, 2006.
- BRANDÃO, Marcelo Henrique de Melo. **Índice de Degradação Ambiental na Bacia do Rio do Peixe**. Tese (Doutorado em Geografia), Recife, UFPE, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 8ª ed. 2008.
- _____. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- Constituição do Estado da Paraíba. 1989. Capítulo IV. Disponível em: <<http://www.al.pb.gov.br>>. Acessado em julho de 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Capítulo IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em julho de 2009.
- CORRÊIA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª ed. 2005.
- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**. Jus Navigandi, Teresina, 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254>> acesso em: Março de 2009.
- DACACH, Nelson Gandur. **Saneamento básico**. Rio de Janeiro: EDC-Editora Didática e Científica, 3ª Ed. 1990
- GALVÃO, Josias de Castro. **Água, a redenção para o Nordeste. Discursos das Elites Políticas Cearense e Paraibana sobre Obras Hídricas Redentoras e as Práticas Voltadas ao Setor Hídrico**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos (artigo de periódico, dissertação, projetos, trabalho de conclusão de curso e tese). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, biblioteca da UNISINOS, São Leopoldo 2009.
- Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em junho de 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 6ª ed. 2001.

Lei Orgânica do Município de Bom Jesus-PB. Capítulo IV, 1990.

MASCARENHAS, João de Castro., BELTÃO, Breno Augusto., SOUZA, Luiz Carlos Junior. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Bom Jesus, estado da Paraíba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

MELO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 4º ed. 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MOREIRA, Emilia., TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acessado em Junho de 2009.

RODRIGUES, Janete Lins. **Atlas escolar da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 3ª ed. 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec: 4ª Ed. 1996.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SOARES, Laura Tavares R. **O desastre social (os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o Rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 53-65.

SOUZA, Aloysio Rodrigues de. **A (in) sustentabilidade da médio e pequena açudagem no alto sertão paraibano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: UFRN/PRODEMA, 1999, p. 33-66.

SOUZA, Francisco Augusto de. **Ocupação e intervenção na bacia do Rio do Peixe: A construção do açude Lagoa do Arroz**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: UFPB/PRODEMA, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SUASSUNA, João. **Contribuição ao estudo hidrológico do Semi-árido nordestino**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2000.

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Disponível em: <www.tce-pb.gov.br>. Acessado em junho de 2009.

VALLA, Victor Vicent. **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola de Nacional de Saúde pública, 2005.

ANEXO A



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
CNPJ 08.923.989/0001-17
Praça Prefeito Antonio Rolim, 01
Cep. 58.930-000 - Fone: (0xx83) 3559-1048 – Bom Jesus – PB
e-mail:

Lei nº 371/2007
Em, 10 de setembro de 2007

Denomina de Distrito de São José o Povoado onde fica a Vila São José, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus – Paraíba, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominado de Distrito de São José o Povoado onde se encontra a Vila São José, pois este mesmo Povoado está bastante habitado, se dispõe de uma Capela, um Posto Médico, um Posto dos Correios e 03 ruas pavimentadas.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, são revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus - PB, em 10 de setembro de 2007.


EVANDRO GONÇALVES DE BRITO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO B

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOI JESUS-PB.

SETOR URBANO T OBRAS PÚBLICAS

Unidade Orçamentária

NOTA DE EMPENHO N.º 117/56 de 31 dezembro de 196 6

Códigos:	Categorias Econômicas:
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0	INVESTIMENTOS
4.1.1.0	MATERIAL PERMANENTE
08	ADQUIZIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO.

Dotação inicial ou Saldo anterior	Ner\$ 1.323.023
Despesa ora Empenhada	Ner\$ 500.000
Saldo disponível que passa	Ner\$ 823.023

Nome do Credor: JOÃO DE SALVO FERREIRO

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	IMPORTÂNCIA
PARA PAGAMENTO AO ADIANTAMENTO POR CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA LÍNEA TELEFÔNICA DESTA CIDADE A SERVIDORES, COMO ALGUNS OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SER- VIDORES MUNICIPAIS, CONFORME RECIBO DO JUNHO.	500.000
Soma Ner\$	500.000

Em, 31 de dezembro de 196 6

RECEBI { O Material Em 31 de dezembro de 196 6
 { O Serviço

Autorizo a Despesa: *[Assinatura]*
PREFEITO

Contabilizada, em / /
 Diário Fls.

ANEXO C



Emp. 317/66.

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

RECIBO: Cr\$500.000

RECEBEMOS do senhor Prefeito Municipal, Doutor Julio Ma
Bandeira de Melo, por conta das obras de construção da linha
telefônica desta cidade a cidade de Cajazeiras e, por conta das
obras de reconstrução das estradas de rodagem do Município (Bom
Jesus - BR 23, Bom Jesus - Mastrus e Mastrus - São José), a i
portancia de Cr\$500.000 (Quinhentos mil cruzeiros).

Bom Jesus, em 11 de abril de 1.966

José de Brito Irmão

José de Brito Irmão

Testemunha: *José Tomaz Irmão*

José Tomaz Irmão

Testemunha: *Antenor Abel de Souza*

Antenor Abel de Souza

ANEXO D

CORREIO da PARAIBA

João Pessoa - Paraíba Quarta-feira, 18 de fevereiro de 1987

Bom Jesus leva pleitos a Burity

Representando o PMDB de Bom Jesus, o vereador Júlio Bandeira de Melo foi recebido em audiência pelo governador eleito Tarcísio Burity, oportunidade em que apresentou as reivindicações daquele município, destacando-se as seguintes: Complementação da eletrificação do povoado de São José iniciada no primeiro governo Burity e até o presente não concluída; eletrificação rural dos sítios Morada Nova, Logradouro, Escurnho e Mata Fresca, reiteradamente solicitada e jamais atendida no governo que ora se finda; abastecimento de água da cidade, cujos estudos foram iniciados no governo Burity e paralisados até o presente e estímulo a construção de fossas, inclusive na zona rural; construção de casas populares, visando um sistemático combate as doenças e uma melhoria de conforto para a população de baixa-renda, promessa do governo anterior e que jamais foi concretizada; construção da estrada ligando a cidade de Bom Jesus a cidade de Santa Helena, antigo pleito da comunidade e que jamais foi atendido, apesar de ser também ratificado pela administração daquele último município; e, maior disseminação de poços artesianos, ouvida a comunidade para a sua localização e que sempre visem o atendimento coletivo, evitando-se o título de "propriedade" para aquele que cedeu o terreno para implantá-lo, como poderia estar ocorrendo em certos casos. Na área da saúde, segundo o vereador Júlio Bandeira de Melo, o maior objetivo é uma maior e melhor distribuição regular de medicamentos da Ceme, fato ocorrido no governo Burity, bem como a ampliação da "Unidade Integrada de Saúde", a qual só dispõe de local para hospitalizar mulheres, necessitando de enfermaria para homens e crianças.

CORREIO da PARAIBA

Paraíba Quinta-feira, 07 de Janeiro de 1988

PMDB pediu informação de diretor

Cajazeiras (Sucursal) - O vereador Júlio Bandeira de Melo, do PMDB de Bom Jesus, em recente pronunciamento, exigiu do presidente da Saelpa - Sudezil Soares, informações sobre a não ligação da rede elétrica do povoado de São José, naquele município.

Segundo ele desde o mês de novembro de 87 que a Câmara Municipal de Bom Jesus solicitou, através de ofício, informações neste sentido, e até agora não recebeu qualquer resposta por parte da Saelpa, e por conta disso, a bancada do PMDB e o governador Tarcísio Burity estão sendo acusados pelos adversários políticos, de estarem impedindo a eletrificação do referido povoado.

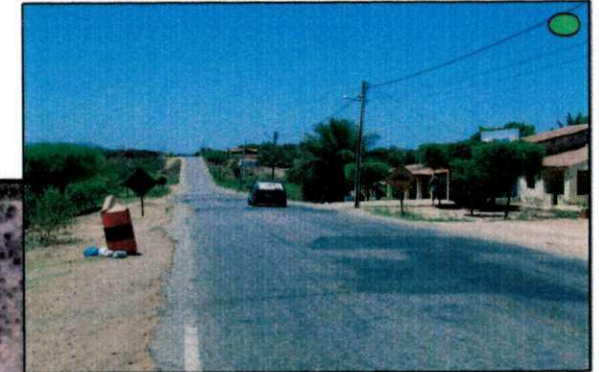
Júlio Bandeira acrescentou serem incabidas as acusações dos integrantes do PDS/PFL de que o PMDB estaria entretendo os trabalhos de ligação da energia, por ter sido o poder público municipal responsável pela extensão da rede elétrica. Ele argumentou que o governador Burity, no seu primeiro mandato, foi quem eletrificou parte do povoado de São José, e que a bancada do PMDB de Bom Jesus vem pedindo a conclusão da referida obra. Agora, continuou Júlio Bandeira, é preciso que a direção da Saelpa informe a comunidade, a por que da não conclusão destes trabalhos, evitando desta forma, as denúncias descaídas dos adversários políticos, finalizou.

ESTAS NOTAS DIVULGADAS NO "CORREIO DA PARAIBA", PROVAM QUE O PIONERISMO DA ELETRIFICAÇÃO DO POVOADO DE SÃO JOSÉ FOI DO GOVERNADOR TARCÍSIO BURITY E DE JULIO BANDEIRA E A SUA CONTINUIDADE FOI PEDIDA PELO PMDB ALÉM DA LIGAÇÃO DA SUA AMPLIAÇÃO. O GOVERNO MUNICIPAL NADA MAIS FEZ DO QUE ATENDER AO PROGRAMA E AS REINVIDICAÇÕES DO PMDB

ANEXO E



Campo de futebol



Rodovia PB-420



Rua pavimentada às margens da BR-230

Figura 3.1: Diferentes pontos do povoado São José marcados sobre a imagem de satélite do Google Earth. Fotos laterais: Leandro G. Moraes, outubro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS PARAÍBA



Rua não pavimentada às margens da BR-230

APÊNDICE-A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE GEOAMBIENTAL DO SEMI-ÁRIDO

PESQUISA: Distrito São José às margens do desenvolvimento e das ações políticas do município de Bom Jesus-PB

PESQUISADOR: Leandro G. Moraes

ORIENTADORA: Profª. Ms. Luciana Araújo

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____ Nome do entrevistador: _____

Rua: _____ Referência: _____ Data da entrevista: / /

I. OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

1. Esta casa é:

- a. Própria d. Cedida
b. Ocupada e. Invadida
c. Alugada → Valor Médio: _____

2. Como adquiriu?

- a. Recursos Próprios d. Construída/instituição
b. Cedida e. Comprada pronto
c. Construída /conta própria

Inst.? _____

3. Já foi realizada melhoria ou aumento?

Não Sim → Qual a origem dos recursos?

- a. Próprio
b. Instituição governamental
c. Associação ou instituição beneficente
d. Políticos → Vereador Prefeito
e. Doações → Parente Amigos

Instituição: _____

II. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

1. Tipo de domicílio

- a. Casa isolada
b. Casa geminada > por 1 lado ou 2 dos lados

Numero de cômodos: _____

2. Instalações sanitárias:

- a. Privada Dentro de casa Fora de casa
b. Banheiro Dentro de casa Fora de casa
c. Usa banheiro coletivo

Outro tipo de condição: _____

3. Destino das águas servidas (banheiro e pia):

- a. Rede geral c. Vala para via
b. Fossa Céu aberto? Não Sim

Outro tipo de condição: _____

4. Destino dos dejetos das privadas:

- a. Rede geral c. Vala para rua ou quintal
b. Fossa Céu aberto? Não Sim

Outro tipo de condição: _____

5. Abastecimento de água:

- a. Rede pública Ligação direta:
b. Poço
c. Faz Tratamento para consumir? Não Sim

6. Energia elétrica:

- a. Com medidor c. Ligação direta
b. Sem medidor Outro

7. O lixo deste domicílio:

- a. é coletado por serviço de limpeza
b. é colocado em caçamba de serviço de limpeza
c. é queimado (Na propriedade)
d. é enterrado (Na propriedade)
e. é jogado em terreno baldio ou logradouro
f. é jogado em rio, açude ou lago
g. tem outro destino

III. CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

1. Responsável pelo domicílio: Masculino Feminino

2. Composição da família residente:

- a. Único morador d. Marido + mulher
b. Família e. Família +
agregados
c. Mais de uma família f. Grupo convivente

Total de pessoas residentes? _____

3. Qual o membro de maior rendimento?

- a. Esposo ou Esposa
b. Avô ou Avó
c. Filho ou Filha

4. Em que e onde trabalha o responsável do domicílio?

_____ / _____

a) Qual a idade: _____

5. No domicílio, quantas pessoas trabalham? _____

a) Quais são as atividades? E onde trabalham?

6. Qual a média geral de rendimento da família:

7. Tem criança? a. Não b. Sim Quantas?

a) Qual (ais) a (s) idade (s)? _____

b) Freqüenta (m) a escola? () () () () () () ()
(Marca com X as que estudam)

8. A família é beneficiada por algum programa do Governo Federal ou estadual? Qual (ais)?

9. Tem alguém doente no domicílio? Não Sim. De que?

10. Onde o (a) senhor (a) com sua família fazem a maior parte das compras do mês e gastam a maior parcela de sua renda mensal?

IV. CARACTERSTICAS DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

1. O responsável pelo domicílio é nasceu em Bom Jesus?

a. Não b. Sim

2. Em qual município nasceu? (o responsável pelo domicílio)

_____ UF: _____

a. zona urbana b. Zona rural

3. Em qual ano o (a) senhor(s) veio morar aqui no São José? (ou há quanto tempo mora)

4. Onde morou antes de morar neste lugar (São José)?

5. Por que veio morar no distrito São José?

6. Qual é o seu grau de escolaridade?

a. Fundamental incompleto d. Médio Incompleto

b. Fundamental completo e. Superior

V. SOBRE O ENTREVISTADO

1. Em sua opinião, as necessidades da população do São José são atendidas pelos administradores do município (prefeitos)?

a. Sim b. Não

2. Como (a) senhor (a) e sua família avaliam o desempenho dos últimos administradores do município (Bom Jesus) no distrito São José?

a. Ótimo b. Bom c. Regular d. Ruim

3. O que o (a) senhor (a) acha de morar aqui, no distrito São José?

c. Médio completo f. Analfabeto

4. Existem associações comunitárias aqui no São José? O senhor (a) já recebeu algum beneficiamento por meio delas? Qual (ais)?

5. O (a) senhor (a) costuma participa das reuniões comunitárias para discutir os problemas daqui do São José? (pedir para justificar)

6. Em sua opinião, quais são os principais problemas daqui do São José? (pelo menos três problemas)

7. O (a) senhor (a) tem vontade se mudar do distrito São José? Por quê? Para onde iria?

8. Vem muitos políticos por aqui? O que mais eles prometem?

9. O senhor (a) sabe dizer se o povoado São José se tornou um distrito?

a. Sim, tornou-se. b. Não se tornou. c. Não sei responder.

10. O (a) senhor (a) participou de algum plebiscito (votação) para saber sua opinião para a criação do distrito de São José?

a. Sim b. Não

11. O que o (a) senhor (a) acha que mudou na comunidade depois que o São José se tornou um distrito.

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE GEOAMBIENTAL DO SEMI-ÁRIDO

PESQUISA: Distrito São José às margens do desenvolvimento e das ações políticas do município de Bom Jesus-PB

PESQUISADOR: Leandro G. Moraes

ORIENTADORA: Profª. Ms. Luciana Araújo

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____ Nome do entrevistador: _____

Rua: _____ Referência: _____ Data da entrevista: ___ / ___ / ___

I. SOBRE O ENTREVISTADO

1. O nome do senhor (a)?
2. Idade?
3. Quando o senhor (a) chegou aqui?
4. Quando o senhor (a) chegou aqui quantos moradores haviam? O senhor (a) lembra?
5. De onde o senhor (a) veio, onde morava antes de vir para o São José?

II. SOBRE AS ORIGENS DO DISTRITO SÃO JOSÉ

1. Como era esse distrito antigamente?
2. O senhor (a) sabem quem firmam os primeiros moradores do São José?
3. Tem idéia de onde vieram, onde moravam antes?
4. O senhor (a) sabe a quem pertenciam essas terras? Como chamavam a propriedade?
5. Qual era a sua relação com os donos das terras? Era um morador, um meeiro, funcionário, etc.
6. O senhor (a) trabalhava na roça (agricultor) ou criava animais (pecuária)?

7. Para onde era destinado o que o senhor (a) produzia?

8. O senhor (a) sabe por que o distrito São José tem esse nome?

9. O distrito tinha outro nome antes de se chamar São José?

10. Como era morar no São José de antes, antigamente? E hoje mudou alguma coisa?

III. SOBRE A INFRA-ESTRUTURA E OS SERVIÇOS DO DISTRITO SÃO JOSÉ

1. Como eram as primeiras casas do São José? De quem eram?
2. O senhor (a) lembra em que ano chegou energia no distrito São José?
3. Lembra em que ano chegou água encanada no distrito? E antes quando não era encanada, vinha de onde?
4. Quais eram as primeiras festas do distrito? Como eram?
5. Onde o senhor (a) fazia a feira do mês antigamente? E onde faz a feira hoje?